

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

LAÍS DE ALMEIDA MEDEIROS

**“A mulher, que sempre falou pelos cotovelos, agora fala pela Constituinte” A imprensa
feminista e a Constituinte.**

Nova Iguaçu

2014

LAÍS DE ALMEIDA MEDEIROS

“A mulher, que sempre falou pelos cotovelos, agora fala pela Constituinte” A imprensa feminista e a Constituinte.

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, como requisito de obtenção do grau de licenciado em História.

Banca Examinadora:

Prof. Dra Surama Conde Sá Pinto (Orientadora)

Prof Dr. José Assunção Barros

Prof. Dr. Vanderlei Vazelesk

*Dedico essa monografia
Àquele que me deu o fôlego de
vida e tem me sustentado até
aqui!*

AGRADECIMENTOS

Desde quando entrei para a faculdade eu já imaginava como seria o momento da conclusão, hoje é o dia da realização de um sonho!! Foram muitas horas dedicadas aos estudos, muitas renúncias, e muitas madrugadas em claro. Hoje, fica difícil colocar em palavras o tamanho de minha alegria e felicidade por ter conseguido alcançar meu objetivo. Esperei ansiosamente por este dia, achando que tudo estaria resolvido. Mas percebi que este é um pedaço do caminho, projetos maiores e mais desafiadores certamente estão por vir! No entanto, não posso deixar de agradecer por todos que de alguma forma colaboraram para este momento.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus pois foi ele quem me deu tudo que tenho até hoje, ele guiou meus passos me protegendo e me abençoando. Me deu forças para superar as dificuldades e perseverança para continuar seguindo meus planos. Obrigada meu Deus amado, sem ti eu nada seria!

Em segundo lugar, gostaria de agradecer aos meus pais e familiares que foram essenciais para minha formação pessoal e profissional. Educando-me com valores e princípios que pretendo levar por toda a vida. Agradeço o carinho, a dedicação e a confiança que a mim devotaram. A todos vocês que tanto amo, meu muito obrigada!

Agradeço a meu amigo e namorado Leonan Xavier, que me fez compreender o verdadeiro significado do amor! Obrigada por todas as palavras de incentivo, pela paciência, pela compreensão. Obrigada por me aturar durante toda essa fase da monografia, eu sei o quanto fui chata (risos). Obrigada por cuidar tão bem de mim e me fazer tão feliz!!

Agradeço a minha amiga Larissa que é uma verdadeira irmã. Sem dúvidas o que vou levar da faculdade é a nossa verdadeira, sincera e linda amizade. Você foi uma companheira de todas as horas, sempre esteve comigo nos momentos alegres e tristes. Foram muitas madrugadas em claro, muitos passeios e muitas alegrias. Hoje ao lembrar como nos conhecemos, fico emocionada! Amiga você é maravilhosa, muito obrigada por tudo!

Agradeço em especial essa fase que vivemos juntas a monografia. Apesar do trabalho ser individual, você estava ali me ligando sempre, me motivando sempre e me ajudando e me mantendo acordada durante as madrugadas durante essa fase!

Agradeço também a minha amiga Samanta Mourão, que também esteve ao meu lado durante esses seis anos de faculdade. Foram muitos passeios, muitas risadas e muita cultura, porque você é essencialmente Cultural (risos). Obrigada por me levar ao teatro pela primeira vez, e por me mostrar que o Rio de Janeiro é lindo! Admiro sua força, perseverança e determinação.

Agradeço as minhas amigas Getsemane de Freitas e Alice Barros, que tornaram meus dias na faculdade mais especiais! Getsemane, agradeço por ser uma verdadeira mãezona, por sempre acreditar em mim e me ajudar! Alice Barros, agradeço pelo carinho, lembro-me de todas as nossas caminhadas até a estação durante as idas e vindas da faculdade!

Agradeço a todos os meus amigos da igreja que sempre me incentivavam com palavras ou recadinhos carinhosos e sempre acreditaram que eu conseguiria terminar! Agradeço também ao meu pastor e patrão que por várias vezes me liberou mais cedo por causa da faculdade!

Agradeço também a todos os amigos que sempre me ligavam e perguntavam: E a monografia, já terminou? Por todos os “ Amiga, acaba logo isso pra gente poder sair!” ou até mesmo por quem me deixava recados no facebook me dando palavras de motivação!

Não poderia deixar de registrar aqui, meus agradecimentos a turma de História do ano de 2008. Se não foi a melhor turma e mais dedicada e todas, com certeza foi a mais divertida!

Agradeço a meus queridos professores pelos exemplos de dedicação e profissionalismo, buscando sempre extrair de nós o nosso melhor!

Nestas últimas linhas vai um agradecimento mais que especial para a minha orientadora Surama, pelos conselhos e pela atenção que dedicou carinhosamente a mim!

RESUMO

O objetivo da pesquisa, é apresentar como se deu a participação feminina no processo de elaboração da Constituição de 1988, considerando que esse foi um elemento importante dentro do processo de redemocratização do país. Para além disso, o presente trabalho busca contribuir para ampliar os estudos relacionados a mulher e a imprensa feminista no Brasil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo I: A mulher e a imprensa feminista na Historiografia	4
1.1 Imprensa Feminina e Imprensa Feminista.....	
Capítulo II: O projeto feminista do Brasil	17
2.1 O feminismo na ditadura	
2.2 O feminismo na década de 1980	
2.3 O feminismo na década de 1990	
Capítulo III: A elaboração da Constituição de 1988 refletida nas páginas do jornal <i>mulherio</i>	32
3.1 Por que <i>mulherio</i> ? A escolha a fonte e a Metodologia aplicada.....	
3.2 O jornal	
3.3 Lugar de mulher é na constituinte!	
CONCLUSÃO.....	54
Bibliografia.....	64
Anexos	
A. TABELA 1 Tipologia do periódico.....	58
B. TABELA 2 Assuntos por categoria: Política.....	61
C. TABELA 3 Assuntos que se destacaram no jornal.....	62

INTRODUÇÃO

“*Política é assunto de mulher*”? Atualmente essa pergunta não causaria tanto estranhamento, visto que nos dias atuais a mulher tem alcançado os mais variados espaços públicos e tem conquistado uma voz politicamente ativa. A indagação, se torna ainda menos estranha, se lembrarmos que no presente momento, temos como representante política do país, uma mulher. Porém, nem sempre foi assim, ao publicar essa pergunta em uma capa de seus editoriais¹ na década de 1980, o jornal *Mulherio*, causou bastante polêmica. Esse episódio nos permite refletir sobre a posição que a mulher ocupava na sociedade e que espaços eram permitidos à ela naquele momento.

A possibilidade de reflexão e pesquisa sobre o papel da mulher e seus espaços de atuação, revela um avanço na historiografia e nas pesquisas, que durante o século XIX negligenciaram a mulher e outros grupos de minoria da narrativa histórica. Porém, a partir do século XX esse quadro se altera com o surgimento da Escola dos Annales nos anos 1920, abrindo a perspectiva para novos campos da história, como a história das mentalidades e, posteriormente, história cultural. Contudo, apesar dessas inovações, a escrita da história só mudou significativamente a partir da década de 1960, quando incorporou novos temas, novos atores sociais e diferentes perspectivas de abordagem metodológica. (BARROS, 2010) É a partir disso que se abrem as possibilidades para a abordagem do feminino, abrindo espaço para um novo campo da história: a história das mulheres. Somado a isso estava a eclosão do movimento feminista no fim da década de 1960 que contribuiu para que a mulher fosse elevada à condição de sujeito social.

Diante desse cenário, começam a surgir estudos que vão contribuir para que o campo da história das mulheres seja ampliado. A partir da década de 1970 os estudos vão se intensificar com as discussões sobre as relações de gênero e os estudos sobre a mulher e vão ganhando espaço na historiografia, se tornando um dos temas mais cotejados pelos historiadores do Ocidente. Nesse processo, os silêncios historiográficos a respeito da mulher passaram a ser preenchidos pelos historiadores das mais diversas tendências, somado a isso as próprias mulheres do século XX, passaram a partilhar da função de historiador que antes era exercida quase que exclusivamente por homens. (BARROS, 2009 p.26).

¹Edição nº 3 setembro/outubro de 1981.

A partir desses avanços na pesquisa histórica, abriu-se um espaço para estudar a atuação das mulheres em diferentes épocas da história, entretanto para compreender a atuação das mulheres, era preciso aprofundar os estudos sobre os espaços em que ela atuava. Nesse sentido, a presente pesquisa considera importante abordar um desses espaços de atuação feminina - a imprensa feminista- para compreender a participação política da mulher na elaboração da Constituição de 1988 no Brasil. Dessa maneira torna-se imprescindível utilizar as publicações de um dos jornais feministas da década de 1980: o jornal *Mulherio*.

A metodologia aplicada para o tratamento das fontes se baseou na leitura dos jornais e no levantamento de dados que possibilitassem responder algumas questões que surgiram ao longo da pesquisa. Sendo assim, levando em consideração que o acervo do jornal *Mulherio* possui 41 edições² e considerando a quantidade de artigos que estavam relacionados à política, eixo por nós priorizado, procedemos a um recorte temático dentro dessa categoria, em virtude do tempo e do formato da pesquisa- monografia-, para que a mesma tivesse viabilidade.

Dessa forma, verificamos necessário selecionar dentre os 37 artigos que estavam relacionados à política, os artigos que se referiam à temática da convocação para Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88. Ao trabalhar com dessas fontes, desejávamos responder algumas questões iniciais: Qual seria a visão do jornal sobre a importância da Constituinte? Como o jornal articulava as reivindicações femininas às questões de atuação política mais ampla? Quais seriam as principais pautas das mulheres para a Assembleia Constituinte? Como o periódico divulgava as mobilizações sociais em torno da Assembleia?

Para responder essas questões não bastaria apenas analisar as fontes, seria necessário entrelaçar as publicações de *Mulherio* ao contexto em que o jornal estava inserido, além de entender que a criação do jornal estava relacionada a um movimento social: o movimento feminista. Portanto no primeiro capítulo do trabalho faremos uma breve discussão sobre os estudos que surgiram abordando a mulher e a imprensa feminista na historiografia. Considerando que a imprensa feminista seria um canal de legitimidade do discurso do movimento feminista, no capítulo II apresentamos em linhas gerais o projeto feminista no Brasil, para a partir disso, no capítulo III relacionar a produção dessa imprensa feminista com as questões políticas da década de 1980 a fim de compreender como se deu a participação

²Dessas 41 edições, 39 volumes são intitulados *Mulherio*, as outras duas edições são intituladas *Nexo*. Apesar da mudança de nome, *Nexo* é considerado como uma continuidade do núcleo de pesquisas do *Jornal Mulherio* e por isso também foram analisados.

política feminina na elaboração da Constituição de 1987-88, utilizando como fonte principal as publicações do jornal Mulherio.

Capítulo I: A mulher e a imprensa feminista na Historiografia

Até meados do século XX, a produção historiográfica, em boa medida, privilegiou alguns sujeitos da narrativa histórica. Os principais personagens eram os homens e o recorte mais frequente era a sua atuação na política. No século XIX, o intuito dos historiadores positivistas era destacar a importância dos grandes heróis nacionais e evidenciar no Estado Nacional em consolidação, considerado o verdadeiro sujeito das transformações em curso. Nesse modelo de escrita da história, os diversos grupos sociais, como as mulheres ou grupos de minorias eram negligenciados na narrativa histórica.

Esse quadro começa a mudar em meados do século XX, com o surgimento da Escola dos Annales, em fins dos anos 1920. Em linhas gerais, os Annales propôs uma revisão da história positivista, combatendo a “história historicizante” e cientificista que vigorou durante o século XIX. Dentre algumas inovações, a Escola dos Annales trouxe como objeto de investigação a história dos seres vivos, concretos, abrindo a perspectiva para novos campos da história, como a história das mentalidades e, posteriormente, história cultural. Essas inovações, apesar de ter mantido a mulher fora das preocupações centrais, contribuíram para a abordagem do feminino.

No esteio dessas modificações, abriu-se espaço para uma nova forma de fazer história. Assim, a escrita da história na década de 1960 incorporou novos temas, novos atores sociais e diferentes perspectivas de abordagem metodológica. Nesse cenário, abre-se um espaço para que as mulheres sejam elevadas à condição de sujeito histórico, visto que os grupos sociais e as identidades coletivas, somando-se ainda a explosão do movimento feminista no fim da década, vão contribuir para que o campo de história das mulheres seja relativamente ampliado e reconhecido institucionalmente. Nesse campo, os trabalhos desenvolvidos pelas historiadoras Michelle Perrot e Natalie Zemon Davis foram de grande importância, pois estimularam o diálogo com outras áreas de conhecimento como a antropologia, trazendo ferramentas e abordagens distintas para analisar as fontes, dando voz não só às mulheres, mas também aos considerados excluídos como prisioneiros, operários, elevados à categoria de sujeitos sociais.

Não obstante dessas significativas mudanças, a história das mulheres só ganha maior visibilidade a partir da década de 1970, com a terceira geração dos Annales, a chamada *Nouvelle Historie*. A partir desse momento começam a surgir estudos e pesquisas privilegiando a mulher como objeto de estudo, e debatendo as relações de gênero.

Para Bruschini e Unbahaum (2002), a feminização das universidades também foi um fator importante para o aumento das discussões e das pesquisas envolvendo mulheres. Nos Estados Unidos, as faculdades e as escolas de graduação deram início a cursos variados, oferecendo bolsas de estudo e buscando dotar as mulheres de uma formação de nível superior. Nesse espaço aberto pelo recrutamento das mesmas, fosse pela participação profissional, fosse pela acadêmica, o feminismo logo apareceu para reivindicar mais recursos e denunciar as desigualdades (Silva, *apud* Scott, 1992). No Brasil, a Fundação Carlos Chagas, sob patrocínio da Fundação Ford, proporcionou apoio a muitas pesquisas envolvendo as mulheres. É a partir de lutas íntimas, portanto, que as mulheres iniciam um questionamento quanto à realidade social, criando os primeiros movimentos feministas, marcados por uma grande diversidade de reivindicações.

O feminismo evidenciou a ausência da figura feminina no território historiográfico, criando as bases para uma história das mulheres feita por historiadoras (SILVA, *apud* Del Priore, 2001). Diante disso, em 1980 abriu-se um espaço nas universidades para estudar as questões de gênero sendo conferida ênfase à abordagem da mulher como sujeito social. Nesse movimento, surgem trabalhos que analisaram os espaços de atuação da mulher e suas questões na sociedade. A partir dessas questões, o presente trabalho, considera importante analisar um desses espaços de atuação da mulher: *A imprensa Feminista*.

Apesar das consideráveis mudanças na historiografia em relação às pesquisas sobre a mulher, atualmente, ainda verificamos certa dificuldade em encontrar pesquisas e trabalhos sobre alguns espaços de atuação da mulher na sociedade, principalmente estudos que dêem notoriedade à imprensa feminista na historiografia. Nem mesmo as áreas de comunicação ou jornalismo se aprofundaram no debate desse tema. Dentro da literatura de imprensa brasileira, imprensa alternativa, ou imprensa para as mulheres, os periódicos feministas ainda não ganharam significativa notoriedade. Alguns jornais feministas aparecem rapidamente em trabalhos sobre a imprensa brasileira, é possível ver isso nas obras de Nelson Sodré: *História*

da imprensa no Brasil, 1999; no livro de Bernardo Kucinski sobre imprensa alternativa no Brasil (*Jornalistas e Revolucionários*, 1991.) e ainda nas pesquisas de Maria Paula Araújo sobre a luta democrática (*A Utopia Fragmentada: As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*, 2000.). Apesar da grande contribuição que esses estudos representam, esses trabalhos trazem apenas em subtópicos ou pequenas citações a imprensa feminista.

Ducília Buitoni, foi uma das pioneiras no estudo desse gênero jornalístico, porém suas obras (*A mulher de papel: A representação da mulher na imprensa feminina brasileira*, 2009 e *a Imprensa Feminina*, 1990) não deram ênfase a Imprensa Feminista, voltando mais os olhares para a Imprensa Feminina, apesar disso, a autora contribuiu para fazer a distinção entre ambas.

Considerando a dificuldade em encontrar pesquisas e bibliografias referenciais em torno da Imprensa Feminista, optamos por usar artigos e teses que surgiram, a partir do trabalho de Buitoni, e que tentaram aprofundar os estudos sobre a imprensa feminista. No universo dessa produção, surgem como referências os trabalhos de Rosalina Cruz Leite: *Brasil Mulher e Nós Mulheres: Origens da Imprensa feminista Brasileira*, in Revista de Estudos Feministas 2003, e o trabalho de Elizabeth Cardoso: *A imprensa feminista brasileira pós-1974*, 2004.

A autora Rosalina Leite esboça no artigo as origens da imprensa Feminista, tendo como pano de fundo os dois periódicos mais conhecidos da década de 70: *Brasil Mulher e Nós Mulheres*, traçando o perfil desses jornais e analisando suas publicações e relacionando-os com a luta contra o regime militar. Segundo Rosalina Leite, os dois jornais surgiram no período denominado pós- luta armada (1978-1980), em que se inicia o processo de liberalização do Estado ditatorial, já com certo abrandamento da censura à imprensa e de crítica ao modelo tradicional de se fazer política. Nesse período, há uma grande ênfase nos assuntos ligados à subjetividade, ao indivíduo, que buscam novas formas de expressão e mobilização. Dessa maneira, os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* retrataram, em seus artigos, a luta pela anistia, pelas creches e pelas liberdades democráticas - todos símbolos da oposição contra o regime no período da ditadura militar. Além disso, eles incluíam matérias específicas, tais como violência doméstica, condições de trabalho das mulheres, direitos reprodutivos, aborto e sexualidade. Do ponto de vista do movimento popular e das organizações de mulheres, essa imprensa constitui, segundo a autora, uma fonte importante e ainda inexplorada para compreender o período considerado. (LEITE, 2003, p.3)

Elisabeth Cardoso, em sua dissertação, além de traçar um perfil desse gênero jornalístico e relacioná-lo com o movimento feminista, contribuiu significativamente para os estudos sobre a Imprensa Feminista, pois, através de um trabalho de campo, pesquisou nos principais acervos do país: Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), instalado na Unicamp, Campinas (SP); a Biblioteca da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo (SP) e a Biblioteca do Centro de Informação da Mulher (CIM), sediada em São Paulo (SP). Cardoso encontrou cerca de 75 periódicos feministas, publicados desde a década de 70, e verificou que algumas publicações continuam circulando até os dias atuais. Depois de analisar esses periódicos, os classificou em dois grupos: primeira e segunda geração da imprensa feminista.

A partir dessas considerações, torna-se necessário conhecer as origens e o caminho traçado pela Imprensa feminista no Brasil, suas produções, e contribuições para a historiografia já que essa imprensa está ligada a um movimento social: O Movimento feminista. Porém antes disso, é essencial fazer algumas considerações e distinguir o que seria Imprensa Feminina e Imprensa Feminista.

1.1 Imprensa Feminina e Imprensa Feminista

De acordo com Ducília Buitoni, em sua obra *Imprensa feminina*, imprensa feminina é aquela dirigida e pensada para o público feminino; já a imprensa feminista se distingue por defender causas, embora tenha o mesmo público alvo. O termo imprensa feminina é, assim, um termo abrangente, engloba nuances do universo feminino que não necessariamente seriam jornalísticas, ligadas diretamente a notícias e fatos. Como a autora afirma, “nem tudo na imprensa feminina é jornalismo”. (BUITONI, 1991.)

Diante disso, ao invés de notícia, a essência da imprensa feminina seria a novidade, o novo e o atual. Dessa maneira, o veículo feminino mais utilizado seria a revista. A revista se diferenciava dos periódicos, não pelo seu material, mas pela diferença de conteúdo. “Considerava-se revista uma publicação que mesmo tendo aparência de jornal, apresentasse maior variedade de conteúdo, principalmente ficção, poesia, relatos de viagem e outras matérias de entretenimento; já nos jornais predominavam os textos de opinião, debates, polêmicas e notícias.” (BUITONI, 1991.)

Com o avanço da indústria gráfica, as revistas começaram a aperfeiçoar o seu aspecto visual, vieram as gravuras, ilustrações e finalmente as fotografias. Assim, a imprensa feminina elegeu a revista como seu veículo por excelência. A revista inventava modismos e a moda impulsionava a imprensa feminina. O número de tiragens aumentou quando os moldes de costura foram publicados nos periódicos e revistas nos EUA.

Alguns autores, ao analisar a imprensa feminina, procuram caracterizá-la como um tipo de imprensa especializada, seja pelo tipo de assunto abordado, ou pelo público alvo, porém, Buitoni não concorda com essas classificações. Segundo ela, as leitoras dos jornais e revistas femininos tinham interesse por uma série de assuntos interligados, mas que geralmente tinham relação com moda, casa e assuntos relacionados aos sentimentos. Alguns elementos estavam constantemente presentes nas publicações femininas, como o jornalismo de serviço, que oferecia ao leitor serviços para a vida cotidiana como horários de espetáculos, horários de trens, roteiros de viagem, receitas culinárias, indicações de livros e etc. Além disso existiam algumas publicações com enfoques que tratavam de assuntos de mulher, principalmente os assuntos relacionados ao coração. Nesse sentido, havia publicações de romances, melodramas e um espaço chamado de consultório sentimental que usava a literatura para falar de amor.

Ao longo dos séculos XIX e XX algumas mudanças vão ocorrer fazendo com que as revistas femininas também mudem e adapte os seus conteúdos. O desenvolvimento da indústria, o surgimento da classe média, a urbanização são fatores que vão cunhar novas exigências, dessa maneira, a casa passava a ser o elemento principal nas publicações. Complementando esse cenário, surgem as fotonovelas e novos temas como comportamento, educação e saúde foram surgindo. Para além do mencionado, surgem ainda espaços para carta das leitoras, testes psicológicos e horóscopos.

A imprensa feminina acompanhava as mudanças no mundo, e estava estreitamente ligada ao contexto histórico, funcionava como um termômetro dos costumes da época. Cada novidade era incorporada prontamente seja através das revistas ou dos jornais.

Em termos de público alvo, pode-se afirmar que, até a metade do século XIX, a imprensa feminina era um produto para a elite. O número de leitoras era acanhado, pois somente mulheres da elite e/ou da burguesia sabiam ler e tinham tempo para a leitura. A grande inovação vai se dar por meio da democratização da moda com os moldes de costura impressos. Os EUA foram responsáveis por democratizar a modelagem nas revistas,

permitindo o acesso das mesmas através de lojas comerciais, e livrarias, libertando a dependência dos correios. Dessa maneira, a imprensa feminina deu um grande passo nas tiragens, aumentando consideravelmente o número de vendas. Além disso, inovações como brindes estimulavam as vendas.

Segundo Buitoni :

A imprensa feminina era um canal de expressão para as sufocadas vocações literárias das mulheres e um seguro campo de trabalho para homens que iniciavam ou possuíam fama na literatura. Assim as épocas iniciais da imprensa feminina abriram para a mulher, um campo que não lhe era próprio, tanto na Europa e Estados Unidos, como no Brasil. (BUITONI,1991, p.40)

No Brasil O primeiro periódico Feminino foi o “*Espelho diamantino*” lançado em 1827. O jornal tratava de política, literatura, belas artes e moda e era dedicado às senhoras brasileiras. Na metade do século, os Folhetins chegam ao Brasil, com a publicação do *Jornal do Comércio*. Segundo Buitoni, folhetim era o nome dado a uma espécie de rodapé dos jornais, onde se colocavam informações sobre teatro, resenhas literárias, crônicas, entre outros. A partir de 1851, o romance seriado foi tomando espaço no folhetim. Os escritores iam publicando seus romances e o folhetim funcionava como uma espécie de teste; se o romance publicado nos folhetins alcançasse sucesso, ele era editado e transformado em livro. Assim, os jornais que eram vendidos por assinaturas, eram comprados para serem colecionados, em virtude das gravuras, pinturas, moldes de costura. Dessa forma, sintetizando essas características, no fim do século surge a revista feminina mais importante do fim século: “*Estação*” em 1886. A revista trazia figurinos, moldes, literatura. Portanto, moda e literatura eram duas importantes impulsionadoras dessa imprensa que começava a se consolidar; esses elementos juntos garantiam os romances seriados e os mais novos modelos de Paris. (BUITONI, 1990, p.41)

Ainda no século XIX, a imprensa, em geral no Brasil, era bastante artesanal e de cunho opinativo. Porém, com a virada do século, ocorrem mudanças sociais e econômicas que vão influenciar a imprensa. Com o crescimento urbano e a industrialização, uma inovação vai marcar a imprensa brasileira do século XX: o surgimento da fotografia. Assim, a partir de 1901, começam a surgir uma série de revistas incorporando as ilustrações e a fotografia. Em 1914 surge a *Revista Feminina*. Essa publicação refletia as mudanças que ocorreram na virada do século. A Revista Feminina apresentava características da modernidade e, por isso, foi

considerada a mais importante revista dessa época. Como aponta Buitoni, até os fins dos anos 40 não ocorreram mudanças significativas na imprensa brasileira, somente a partir dos anos 50 é que vai surgir a fotonovela, como uma grande novidade que vai marcar a imprensa nos anos 50.(BUITONI, 1990,p 48.)

A grande imprensa feminina no Brasil começou com a revista *capricho*, da editora abril, lançada em 1952. No início a revista possuía poucas matérias; além da fotonovela, havia algumas páginas de moda, culinária e consultório sentimental. As leitoras da revista, em sua maioria, eram solteiras e tinham menos de 18 anos. Com o decorrer dos anos, foram surgindo diversas revistas femininas como *Cláudia*, *Nova*, *Carícia* e *Manequim*, atingindo um público diversificado.

Feitas essas considerações acerca da imprensa feminina, é importante caracterizar a *Imprensa Feminista*, que surgiu na França, estando, em parte, ligada às conseqüências da revolução francesa. A partir de 1848, surgem os primeiros jornais feministas na França e Itália e Alemanha. Esses jornais, além de falar sobre o universo feminino, debatiam e traziam à tona a discussão sobre os direitos civis da mulher. O primeiro jornal defendendo o voto da mulher é o *La Citoyenne*, criado em 1881. No final do século os periódicos feministas fervilhavam na Europa e nos EUA as vendas começaram a crescer, a grande revista feminista americana seria a “Ms”

No Brasil, já existiam alguns jornais femininos que incluíam em suas pautas algumas reivindicações das mulheres, como é o exemplo do *Jornal das Senhoras*, de 1852. Além disso, outros jornais já publicavam ensaios literários de escritoras, abrindo espaço para a mulher na literatura; porém, o primeiro jornal da imprensa feminista foi o ‘sexo feminino’, lançado em 1873. O jornal trazia alguns debates e lutava pelos direitos das mulheres. O direito pelo voto reuniu a maior parte das reivindicações feministas nas três primeiras décadas do século XX. Na época da revolução de 1932, saía um jornal de mulheres paulistas: “*A Reacção*” que trazia algumas questões sociais. Dessa maneira é importante lembrar que as vozes feministas ganhavam espaço não só nos veículos específicos, mas também nos veículos da grande imprensa. (BUITONI, 1990, p 54.)

Com a conquista do direito ao voto, em 1932, as reivindicações feministas acabaram arrefecendo- se. A segunda guerra mundial (1939-1945) acaba concentrando as atenções na década de 1940, o movimento de mulheres diminui. Somente nos anos 1970, a partir das

grandes contradições causadas pela ditadura, entre outros, a imprensa feminista se torna mais reivindicatória. É justamente a partir da década de 1970 que vão surgir os principais jornais da imprensa feminista.

Uma vez esclarecida a distinção entre imprensa feminina e imprensa feminista, já que o presente estudo pretende abordar a imprensa feminista como objeto de estudo, enfocando um dos jornais do período, é importante ainda abordar os vínculos dessa imprensa com a chamada imprensa alternativa.

Segundo Elisabeth Cardoso, a imprensa feminista está localizada entre os 150 jornais alternativos da década de 1970. De acordo com a autora, o engajamento social e político nas questões da época, fizeram com que a imprensa feminista fosse classificada como uma expressão da imprensa alternativa. Dessa forma, assim como existiam os jornais alternativos voltados para ecologia, humor e política, haviam os jornais mais voltados para a questão feminista. Essa contudo, não é a mesma visão defendida por Bernardo Kucinski. Para Kucinski, os jornais feministas começaram como alternativa à própria imprensa alternativa; à medida que se criaram associações de mulheres e que se articulou com o discurso feminista, os jornais feministas passaram a diferir do jornalismo alternativo. (KUCINSKI,1991) Porém, enquanto a imprensa alternativa foi perdendo força ao longo dos anos, a imprensa feminista continuou com suas publicações nos anos 80, 90 e até os dias atuais. (CARDOSO, 2004).

A historiadora Maria Paula Araújo, a exemplo de Elisabeth Cardoso, também classifica a imprensa feminista como uma categoria de imprensa alternativa, e a considera (a imprensa feminista) como a mais rica, não apenas por ostentar uma grande variedade de títulos, mas também pela originalidade e diversidade das questões tratadas e das posições assumidas. Segundo Araújo, de todos os movimentos alternativos na década de 1970, o movimento feminista foi o que mais inovou em termos de linguagem, de reivindicações, de propostas, de visão de mundo e da própria concepção de política. Conforme destaca:

Se um dos caminhos da política alternativa era buscar unir público e privado; tornar político o que antes era considerado assunto pessoal, íntimo e subjetivo; levar em conta e politizar as emoções, sentimentos, relações pessoais e laços familiares; dar importância à transformação do cotidiano e às questões domésticas do dia-a-dia; falar de amor e sexo, de dor e frustração, de alegria e esperanças individuais, valorizando as experiências pessoais, o vivido, a troca dessas experiências - o movimento feminista e a sua imprensa são os melhores exemplos dessa concepção de política.(ARAUJO, 2000, p 160.)

Assim, para Araújo, estudar a imprensa feminista significa ter acesso à produção dessa concepção política, além disso, nos permite verificar o diálogo dos movimentos de mulheres com as organizações de esquerda, e perceber as transformações das posições feministas ao longo dos anos.

Notando a importância dos periódicos feministas, Elisabeth Cardoso, analisou o conjunto de 75 periódicos encontrados nos principais acervos como já foi dito anteriormente, e dividiu e os classificou em dois grupos: *A primeira e a segunda geração*. Conforme propõe, os periódicos feministas da primeira geração, datados de 1974-1980, teriam sua linha editorial voltada para a questão de classe; já os periódicos feministas da segunda geração, datados a partir de 1981, seriam mais voltados para a questão de gênero, focando questões específicas da mulher, como: saúde, legislação sobre questões femininas, sexualidade, violência contra mulher, dentre outros.

Apesar da classificação, a autora deixa claro que ao dividir a produção da imprensa feminista em dois grupos, não há a intenção de engessar as publicações ou rotulá-las, pois a imprensa está ligada a um movimento social que está inserido a um processo de mudanças graduais, portanto, é possível encontrar características da primeira geração em publicações dos anos 90 e vice versa. Além disso, a autora constatou que a imprensa feminista é nacional, ou seja, não se limita somente aos estados do Rio de Janeiro ou São Paulo, mas diversos estados do Brasil contribuíram com publicações. (CARDOSO, 2004)

Diante dessa classificação da produção da imprensa feminista é importante ressaltar quais foram as principais diferenças entre a primeira e a segunda geração. Para facilitar a compreensão dessas características, a autora disponibilizou uma tabela, reproduzida abaixo, que demonstra as principais características

Tabela 1. Principais características da primeira e segunda geração da imprensa feminista e suas diferenças

Características	Primeira geração	Segunda geração
Conceito principal	Classe	Gênero
Período de surgimento e existência	Entre 1974 a 1980	Entre 1981 a 1999
Temas abordados	Temas gerais, de interesse de toda a sociedade (homens e mulheres), como carestia, creche e injustiça social, notícias dos movimentos sociais em geral, entre outros	Temas específicos da mulher: saúde da mulher, mulher e trabalho, mulher e legislação, violência contra a mulher, sexualidade feminina, notícias do movimento feminista, entre outros
Questões políticas	Anistia, denúncia da repressão da ditadura militar, autonomia partidária, entre outros	Abertura democrática, Constituinte, reforma de leis trabalhistas e cívicas, a maior participação da mulher no sistema partidário e no Executivo
Reivindicação principal	Justiça social para homens e mulheres	Igualdade entre homens e mulheres, com direito à diferença
Entidade-chave	Partidos políticos de oposição à ditadura	ONGs
Financiamento	Doações pessoais, assinaturas e vendas	Patrocínio de entidades internacionais e do Estado

Fonte: *Cartografia da imprensa feminista*. Caderno Espaço Feminino, v.16, n.19, Jul./Dez. 2006

A partir dessa caracterização, é possível notar que os jornais da primeira geração abordavam temas gerais de interesse de toda sociedade; não deixavam de lado questões específicas da luta do movimento feminista, mas procuravam relacioná-las às lutas gerais pela democracia.

Segundo Maria Paula Araujo, isso ocorria pois, na década de 1970, o Brasil vivia em uma ditadura militar, assim, o movimento feminista desse período não se antagonizava diretamente com a esquerda, pois tinham um inimigo em comum: a ditadura. Em virtude disso, era necessário fazer algumas alianças, que nem sempre eram fáceis. Além do mencionado, a maioria das militantes feministas já tinham tido ou tinham vínculo com a esquerdas organizadas. Dessa maneira, havia uma inclinação no sentido de estabelecer esses laços com as esquerdas. Para a autora, a imprensa feminista da década de 1970 teria como característica principal a articulação entre a luta feminista com a luta mais geral da sociedade brasileira contra a ditadura militar. Assim, os jornais que surgem nesse período tinham o objetivo de elaborar uma posição política e teórica que articulasse a especificidade do feminismo com a resistência democrática à ditadura militar e com a luta mais geral pelo socialismo. Em síntese, a imprensa feminista dos anos 70 era uma imprensa de oposição, de esquerda e socialista. Como expressão dessa imprensa da década de 70 temos os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. (ARAUJO,2000, p.160)

No período-pós 1975, o primeiro jornal dirigido às mulheres e feito por mulheres foi o *Brasil Mulher*, fundado em Londrina (PR) e publicado pela Sociedade Brasil Mulher. Editado bimestralmente, em formato tabloide, contendo 16 páginas em preto-e-branco e ilustrado com fotos, item muito valorizado pela publicação, o Brasil Mulher tinha tiragem de 10 mil exemplares, com circulação nacional. Sua publicação começa em 1975 e cessa em março de 1980. Segundo Cardoso, esse jornal surgiu com objetivo de divulgar a luta pela anistia, por isso a questão da anistia perpassa por todas as edições. Além dessa postura de luta, o jornal tinha dificuldades em se assumir como um jornal feminista. Podemos constatar essa afirmação através da citação abaixo:

Não é um jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que destina a homens e mulheres. Não desejamos nos amparar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo que o Estado, constituído de forma masculina, deixa-nos um lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade de participação ao débil mental. Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana. [...](BRASIL MULHER, nº 0, 1975)

Outro jornal de grande importância foi o, *Nós Mulheres*. Publicado pela Associação de Mulheres, teve oito edições, que circularam de 1976 a 1978. Segundo Leite, o fato de estarem vinculados a uma associação, já mostra que esses jornais eram instrumentos de divulgação de coletivos de mulheres organizadas e, como tal, davam cobertura a assuntos não veiculados pela imprensa oficial, na época sob forte censura política, refletindo o pensamento político da militância feminista.

Segundo Maria Paula Araújo, esses dois jornais da década de 1970 tinham uma posição bem definida; procuravam construir uma nova concepção de política e articulá-la com o arcabouço geral do marxismo e com a luta contra ditadura militar.

Publicado na década de 1980, o jornal *Mulherio* também será um importante espaço de divulgação das lutas feministas. *Mulherio*, porém possui um perfil diferente dos outros jornais. Para Araújo, diferentemente dos outros jornais da década anterior, *Mulherio* não pautava a seu editorial na elaboração de uma proposta teórica política que articulasse o movimento das mulheres às lutas mais geral da sociedade. Ao invés disso procurava-se em afirmar a autonomia do movimento em face dessas lutas. Além disso, o jornal dialogava com

outros movimentos, buscava articulação com a imprensa negra e outras minorias políticas. Cabe ressaltar que, ao contrário dos outros jornais, Mulherio se intitulava um jornal feminista e a abordagem das questões femininas eram feitas de formas diferentes pelo jornal. Em vez de registrar longos depoimentos de mulheres mostrando seus problemas cotidianos, o jornal voltava-se para buscar soluções concretas para os problemas femininos. Os artigos passam a ter um tom mais analítico, havia censos, dados estatísticos. (ARAÚJO, 2000, p169.)

A partir dessas considerações é possível notar que os três jornais citados faziam parte de gerações diferentes da imprensa feminista. Os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres faziam parte da primeira geração, enquanto que Mulherio fazia parte da segunda geração.

Em sua análise, Elisabete Cardoso, destaca dois acontecimentos históricos que vão marcar a divisão das gerações na imprensa feminista: O II e o III Congresso da Mulher Paulista, realizados, respectivamente, em 1980 e 1981, na cidade de São Paulo. O II Congresso da Mulher Paulista foi cenário de disputa direta entre lideranças de esquerda e as feministas. O evento reuniu cerca de 4 mil mulheres no Tuca, teatro da PUC/São Paulo. A movimentação foi vista como momento ideal para os partidos de esquerda (ainda na clandestinidade) conquistarem força política e convencerem as mulheres de que o feminismo era separatista e não contribuía para os ideais de uma sociedade mais justa para todos (homens e mulheres). As feministas, por sua vez, chegavam a 1980 com cinco anos de ativismo no feminismo, já estavam ensaiando a adoção da categoria “gênero” e se distanciando da questão de classe, de modo a perceberem que o Congresso deveria ser apartidário e voltado para as questões específicas das mulheres.

Esse Congresso, marcado por essas disputas, acabou significando um momento de cisão no movimento. Assim o III Congresso da Mulher Paulista, em 1981, também no Tuca, PUC/SP, acabou aprofundando essa cisão do movimento. Ainda nas reuniões para preparação do evento, o grupo de esquerda do MR-8 defendeu a proibição de lésbicas no congresso. Como parte dessa disputa, o PC do B convocou outro congresso nessa mesma data para tentar esvaziar o evento feminista e pressionar a dupla militância a se posicionar ao lado do partido. (CARDOSO, 2004 p. 3)

Esses congressos expressavam o cenário político; a partir de 1981, com a abertura política e o processo de redemocratização, ocorre um afastamento do movimento feminista e os grupos de esquerda, possibilitando novos rumos ao movimento feminista. Assim, começam a surgir jornais com uma tendência diferente dos jornais das décadas anteriores, esses jornais inaugurariam a segunda geração da imprensa feminista.(CARDOSO, 2004 p.4)

Partindo do princípio de que a imprensa feminista está diretamente ligada ao movimento feminista, torna-se necessário conhecer as principais características do projeto feminista e a trajetória do mesmo no Brasil- com ênfase na década de 70/80- para compreender como a imprensa feminista absorveu esse projeto e refletiu suas propostas em suas páginas.

Capítulo II: O Projeto Feminista no Brasil

Abordar o tema Feminismo, não é uma tarefa fácil, primeiro por ser um tema que ainda vivemos no presente e segundo por ser um movimento de múltiplas facetas. Segundo Saffioti, “Em nenhum lugar do mundo pode-se falar de feminismo no singular”. Por esse motivo, o presente trabalho não tem a pretensão de dar conta da totalidade desse movimento, mas traçar, em linhas gerais, sua trajetória e principais suas tendências.

Segundo Celi Pinto, no livro *“Uma história do feminismo no Brasil, 2003,”* a partir da Revolução Francesa, no século XVIII, é possível identificar mulheres que de forma relativamente organizada, lutaram por seu direito à cidadania, a uma existência fora da casa-que era o único lugar onde tinham algum tipo de reconhecimento, a elas cabia o papel de serem mães e esposas. Fora dos limites da casa, restava-lhes a vida religiosa ou a acusação de bruxaria.

Diante desse cenário, no início do século XIX, é possível perceber que a maioria das mulheres brasileiras viviam enclausuradas em uma sociedade repleta de preconceitos, e estavam imersas numa rígida pobreza cultural. Cabe ressaltar que a maioria das mulheres eram analfabetas e as poucas que possuíam estudo, tinham se formado no exterior. Assim, foram essas primeiras mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de ampliar o conhecimento às demais mulheres. Elas abriram escolas, publicaram livros, e começaram a levantar a bandeira de luta pela cidadania e pelos direitos políticos.

Segundo Pinto, no início do século XIX, aparecem mulheres lutando pelo direito do voto feminino, porém, de forma individual, se alistando como eleitoras e candidatas. Em 1881, a gaúcha Isabel Matos se alistou como candidata, entretanto, não obteve sucesso. A questão do voto feminino foi discutida na Constituinte republicana de 1891, contudo, a extensão do direito de voto às mulheres não foi aprovada. Na verdade, a Constituição não excluiu explicitamente o voto das mulheres, porém, segundo Pinto, a não-exclusão da mulher no texto constitucional revela que na cabeça dos constituintes a mulher não era um indivíduo dotado de direitos, por isso não precisava ser mencionada. Na Constituição os cidadãos dotados de direitos seriam os homens nascidos no Brasil e os eleitores seriam os homens nascidos no Brasil maiores de 21 anos. Como o texto Constitucional não incluía e nem excluía

a mulher – simplesmente não mencionava – muitas mulheres requereram o alistamento ao longo dos anos. (PINTO, 2003, p.16)

O processo de urbanização, somado ao aparecimento das classes médias e operárias criou um ambiente cultural que abriu espaço para novas formas de organização da sociedade. O movimento de mulheres se destaca como um exemplo dessa forma de organização. Inconformadas com a não aprovação do projeto para o voto feminino, um grupo de mulheres funda, em 1910, o Partido Republicano Feminino.

Segundo Pinto, esse partido representou uma ruptura, pois era formado por pessoas que não possuíam direitos políticos, assim, sua atuação teria que ocorrer fora da ordem estabelecida. Ao fundar o partido, essas mulheres colocavam suas manifestações e revelavam o objetivo da sua luta, se tornando representantes dos interesses das mulheres na esfera política. No estatuto do partido foram esboçadas as suas intenções: não lutavam apenas pelo direito do voto, mas falavam em emancipação e independência da mulher. Atribuía à mulher qualidades para exercer a cidadania no mundo da política e no mundo do trabalho.

As fundadoras do partido conseguiram levar a mobilização das mulheres para a rua, realizando uma marcha pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, em 1917, com 90 mulheres. É importante ressaltar que para esse tempo, essa mobilização representou um enfrentamento à ordem estabelecida, visto que as mulheres não tinham acesso liberado às ruas, só em caso de necessidade deveriam transitar nela, e, mesmo assim, teriam que estar acompanhadas.

O Partido Republicano Feminino desapareceu nos últimos anos da década de 1910, Apesar da pequena longevidade, o partido funcionou como estratégia das mulheres daquele tempo. Segundo Pinto, o feminismo das três primeiras décadas do século xx estava associado a personalidades. As manifestações organizadas derivavam do esforço de alguma mulher que tinha de alguma forma decidido romper com os papéis estabelecidos a ela pela sociedade e se colocava no espaço público para defender novos direitos para mulheres.

Nesse cenário, dentro do feminismo do século XX, é possível notar algumas vertentes do movimento. A primeira vertente estaria ligada a Bertha Lutz, e tem como questão central a incorporação da mulher como sujeito dotado de direitos políticos. Esse tipo de feminismo teve uma movimentação de alcance nacional. Bertha Lutz, quando voltou de Paris, organizou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) em 1918.

Bertha Lutz pertencia a duas elites ao mesmo tempo: intelectual e econômica. Estudou por muito tempo em Paris e, quando voltou ao Brasil, assumiu um cargo público. Sua militância desde o início tinha sido marcada pela efervescência das idéias feministas da Europa e também dos EUA. Além disso, Bertha tinha reconhecimento e trânsito na elite política da época. Esse dado é importante a medida que explica as facilidades encontradas por Bertha e suas seguidoras para levar suas iniciativas e lutas ao Estado de maneira “bem comportada”. É importante ressaltar que as mulheres que formavam o “núcleo duro” da FBPF faziam parte da elite, assim, a luta dessas mulheres cultas da classe dominante se estruturava a partir da luta pelo voto e buscavam não agregar nenhum tema que colocasse em risco as bases da organização das relações patriarcais. Nesse sentido, a inclusão da mulher não se apresentava como uma alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, não movia com a posição do homem, as mulheres lutavam para serem incluídas como cidadãs. Segundo Pinto, através desse feminismo “bem comportado” essas mulheres conseguiam respaldo e respeitabilidade na conservadora classe política brasileira. (PINTO, 2003, p 22)

A segunda vertente do feminismo nesse período foi classificada como feminismo difuso por Pinto. Essa fase do feminismo seria marcada pelas manifestações públicas que vão se expressar na imprensa feminista alternativa, buscando formar uma opinião pública. São mulheres cultas, com vidas públicas excepcionais, na grande maioria professoras, escritoras e jornalistas. Preocupadas ou não com os direitos políticos, essas mulheres tinham um campo mais vasto de questões, defendiam a educação da mulher e falavam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público. Em seus textos abordam temas delicados para época como: sexualidade e divórcio. Esta é uma fase menos comportada do feminismo brasileiro do século xx.

Uma outra vertente do feminismo brasileiro se manifesta no Partido Anarquista e, posteriormente, no Partido Comunista. Nessa vertente, as mulheres trabalhadoras, intelectuais, militantes dos movimentos de esquerda, defendiam a liberação da mulher de uma forma radical, tendo na maioria das vezes a questão do trabalho como centro, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e comunistas. Essa seria a face menos comportada dos feminismos desse período e tinha como destaque Maria Lacerda de Moura.

Nascida em Minas Gerais, Maria Lacerda de Moura era ativista anarquista, radical. Foi e autora de muitos livros, onde expôs as suas ideias feministas, abordando desde a participação política até temas como amor livre e educação sexual. Lacerda de Moura, preocupada com a luta das mulheres, aproximou-se de Bertha Lutz, porém, a aproximação não durou muito tempo, pois Lacerda de Moura considerava a luta pelo voto como uma luta restrita, já que só as mulheres que sabiam ler e que faziam parte da elite poderiam ser beneficiadas. No feminismo de Moura, a luta deveria beneficiar a multidão de mulheres, além disso, havia diferenças entre o feminismo de Bertha Lutz e de Moura pois no feminismo de Bertha a luta central seria o voto feminino, sem acusar o homem e nem fazer denúncia; tratava-se de um movimento liderado por mulheres intelectuais que faziam parte da elite cultural e econômica da época. Já no feminismo de Moura, o homem aparecia como opressor identificado no capitalista, no patrão que explorava as mulheres. Era uma postura que lutava por grandes transformações e não só pelos direitos civis e políticos.

Assim, conforme defende Pinto, durante as três primeiras décadas do século XX, não era possível usar a palavra feminismo no singular, já que as vertentes que estavam presentes nas manifestações desse período apontam para as múltiplas facetas do feminismo brasileiro. A título de síntese, pode afirmar que o feminismo do século XX começou com uma faceta comportada. A luta central era o voto e os direitos políticos da mulher, porém, a forma de luta não afrontava os poderes, pelo contrário, apoiava-se neles. A outra faceta do feminismo era o “feminismo malcriado” cuja característica principal era o enfrentamento. Essa faceta se revelava através das passeatas, nos enfrentamentos na justiça, nas páginas dos jornais feministas e, somado a isso, na participação das anarquistas radicais que traziam as questões da exploração do trabalho para a luta das feministas. (PINTO, 2003.p 38)

Apesar das manifestações e mobilizações, nesse primeiro momento, as vitórias foram poucas. Segundo Pinto, talvez a única conquista concreta foi a liberalização do voto feminino. Porém esses acontecimentos foram muito importantes pois revelavam a inquietação das mulheres dentro dessa sociedade.

2.1 O feminismo na ditadura

Segundo a autora Jaquete, a partir da conquista do direito do voto no início dos anos 1930, o movimento feminista entra em um processo de desarticulação na maioria dos países da América Latina, acompanhando a tendência ocorrida nos Estados Unidos e na Europa.

Contudo, é válido ressaltar que isso não significou que as mulheres estiveram excluídas dos movimentos políticos mais amplos. Durante os anos que se seguiram, as mulheres continuaram se organizando através de clubes de mães ou associações de bairro para lutar pelo combate ao alto custo de vida, e apoiaram o movimento pela Anistia em 1945, porém segundo Pinto, esses movimentos não são considerados feministas no sentido de lutarem pela transformação da condição da mulher na sociedade. (PINTO, 2003, p.43)

Após um pequeno período de relativa desmobilização após os anos 30, o feminismo ressurge no contexto dos movimentos de contestação da década de 1960. Os anos 60 e 70 foram marcados por uma efervescência política e cultural nos EUA e na Europa. No Brasil, segundo Ridenti (2003), a década de 1960 talvez tenha sido a época de maior convergência revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada.

A agitação cultural e política no mundo durante a década de 1960 estava ligada a uma série de fatores comuns em diversas sociedades como a crescente urbanização, aumento da classe média, maior acesso ao ensino superior, conservadorismo político e o avanço tecnológico (que possibilitaram mudanças de comportamento da população). No Brasil havia a luta pelas reformas de base antes do golpe de 1964 e, mais adiante, a luta armada. Essas relações por si só não determinariam a existência de diversas ações inovadoras nos campos políticos e culturais, mas foram um elemento que serviu de cenário favorável. O processo de questionar a ordem social vigente no Brasil se enquadrava no “Romantismo Revolucionário Brasileiro”. Colocava-se à prova o problema de identidade nacional e política do povo brasileiro. Entre os traços em comum do romantismo brasileiro e o de outras nações estão: liberação sexual, busca por renovação, desejo de viver o momento, vida boêmia e a fusão entre vida pública e privada. (RIDENNTI, 2003)

Essas regiões experimentaram nesse período a eclosão de diversos movimentos sociais, uma revolução de costumes e uma radical renovação cultural. O feminismo que eclode nessa época está diretamente ligado a esse contexto de efervescência política e cultural.

Nesse período, nos Estados Unidos, vivia-se o fim do sonho americano de que havia um lugar certo naquela sociedade para cada um atingir a felicidade. Na Europa, por sua vez, era chegada a decepção da descoberta dos crimes stalinistas. (PINTO, 2003, p.42)

No Brasil, na década de 1960, vivia-se a instauração da ditadura militar, um período marcado por cassação de direitos políticos, censura, prisões arbitrárias, tortura, desaparecimentos, exílio. Dentro desse cenário, embora tenha sido influenciado pelas experiências européias e norte americanas, o feminismo brasileiro dos anos 60 e 70 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país desde 1964.

De acordo com Margareth Rago, apesar do endurecimento do regime durante a ditadura militar, esse momento foi marcado por um processo de modernização acelerada, conhecido como "milagre econômico". Nesse período desestabilizavam-se os vínculos tradicionais estabelecidos entre indivíduos e grupos e a estrutura da família nuclear, a modernização parecia incluir as mulheres nesse processo, o acesso ao ensino superior tinha sido ampliado e as mulheres entraram maciçamente no mercado de trabalho. Além disso, houve algumas conquistas sociais como o controle reprodutivo e a abertura sexual simbolizados pela pílula anticoncepcional e pela contracultura.

Segundo Cynthia Sarti, Havia na década de 1970 uma confluência de fatores que favoreceram a eclosão do movimento feminista. A partir de 1974 inicia-se o processo de abertura política proposto pelo Presidente Ernesto Geisel, esse processo de abertura lenta, segura e gradual, configura um ambiente propício para o surgimento de novos grupos.

Segundo Maria Paula Araújo, nos anos 60 e 70, surgiram no mundo inteiro grupos, movimentos, partidos e organizações que tentaram "reinventar a política". Faziam críticas pela esquerda aos partidos tradicionais, buscando caminhos alternativos para a transformação social. Assim a cena política de esquerda se renovava e ganhava vários contornos. Paralelo à isso surgem movimentos de "minorias" contestando os padrões dominantes, e as diferenças sociais como o movimento negro e o movimento homossexual. (ARAÚJO, 2000 p.159)

Segundo Rago é nesse contexto que emerge o "feminismo organizado", como movimentos de mulheres das camadas médias, na maioria intelectualizadas, que buscavam novas formas de expressão. (RAGO, 2003 p.4)

Segundo Sarti, o feminismo militante no Brasil, que começou a aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, nesse momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente essa derrota. Ainda nas palavras da autora:

A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, 'comportando-se como homens', pegando em armas e tendo êxito nesse comportamento, o que, como apontou Garcia, "transformou-se em um instrumento *sui generis* de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente. (SARTI, 2004)

Somado a essas experiências e mudanças no cenário político, o ano de 1975, favoreceu em especial a visibilidade do movimento feminista. A ONU, em 1975 reconheceu oficialmente o Ano Internacional da Mulher, assim, as questões da mulher foram reconhecidas como um problema social, e, durante esse ano foram realizadas várias atividades públicas em São Paulo, reunindo mulheres de outros estados que estavam interessadas em discutir a condição feminina.

Ana Costa, considera que esse patrocínio da ONU somado ao ambiente da distensão lenta e gradual acabou permitindo às mulheres se organizarem publicamente pela primeira vez desde 1967-68. Esse evento abriu espaço para o surgimento de vários grupos de estudos e reflexão sobre as questões da mulher, além do surgimento de grupos como a *Sociedade Brasil Mulher* e a *Associação de Mulheres*. Cabe ressaltar que muitas dessas mulheres que participavam desses grupos eram oriundas dos grupos de esquerda, já tinham participado do movimento estudantil e, portanto, já tinham a experiência militante, muitas passaram pela prisão, tortura e exílio. (COSTA, 2005 p 5)

A respeito de terem passado pela experiência da tortura, Sarti ressalta “*as marcas de gênero na experiência da tortura, dada a forma específica de violência a que foram submetidas as mulheres militantes pela repressão, não apenas sexualmente, mas, sobretudo, pela utilização da relação mãe e filhos como vulnerabilidade feminina.*” (SARTI, 1998, p. 02). Essas experiências entravam em conflito com o padrão tradicional e as hierarquias de gênero que estavam presentes na década de 1960 e 1970.

O exílio dessas militantes também influenciou de maneira considerável o movimento feminista. As mulheres exiladas na Europa e nos Estados Unidos mantinham contato com esses grupos que estavam surgindo no Brasil através de correspondências, quando essas

mulheres retornaram do exílio, elas trouxeram consigo toda a experiência vivida no exterior, ou seja, o contato direto com o movimento feminista nesses países. O que não significa afirmar que tenham reproduzido aqui a mesma agenda dos movimentos feministas no exterior.

De acordo com Sarti, iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro, expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, movimento de mulheres, constituindo-se em um movimento interclasses. Havia um objetivo geral que era a luta contra o regime militar, pela redemocratização do país e também pela anistia; assim, o movimento feminista se aproximou desses novos atores políticos que estavam surgindo e também das organizações de esquerda para lutar pela luta mais geral: a redemocratização. Segundo a autora, essa atuação conjunta marcou o movimento de mulheres no Brasil e deu-lhe uma coloração própria. (SARTI, 2004 p 4)

Uma das primeiras articulações do movimento feminista foi com a Igreja católica, que, aos poucos também se tornou um importante foco de oposição ao regime. Através de suas pastorais (da criança, da mulher, dos trabalhadores rurais e outras), a Igreja Católica foi aliada e exerceu forte influência nas ações da esquerda. Segundo a autora Elizabeth Cardoso, A Igreja atuava de forma intensa na periferia de São Paulo, formando grupos de reflexão religiosa/política a partir da realidade vivida pela população local. As reuniões se iniciavam com uma oração, e depois debatiam sobre as necessidades dos bairros— como transporte, saúde, educação, creches, rede de esgoto, asfalto e outras —tirava-se uma agenda de ação, distribuíam-se tarefas e então a reunião era fechada com outra oração.

Outro movimento que o feminismo buscou construir ligações contra a carestia, que surgiu também nesse momento como uma luta das mulheres contra os altos preços. As feministas se envolveram nesse movimento, pois esse era um espaço em que as causas feministas (pela legitimidade das reivindicações como a construção de creches, escolas, postos de saúde, entre outros) poderiam ganhar visibilidade. A participação no movimento era incentivada pelas esquerdas.

Ao se aproximar desses movimentos em função do fortalecimento do feminismo e da luta pela redemocratização, Álvares destaca que as feministas enfrentavam constantes discriminação

por parte desses grupos. A esquerda via as feministas como “*um pequeno grupo de burguesas desorientadas, desconectadas da realidade do continente e que haviam adotado uma moda.*” Já a direita via o feminismo como um movimento imoral e perigoso. Havia também uma parcela de homens e mulheres da sociedade que enxergavam o feminismo como algo antifeminino. Somado a isso, os próprios jornais da chamada imprensa nanica ou alternativa, contribuíram para dar uma conotação pejorativa ao feminismo. O jornal Pasquim é um exemplo disso, sendo frequentes as charges que davam conotações pejorativas a mulher. Além do mencionado, as feministas encontravam dificuldades em trazer para o público questões como aborto, uso de pílulas e sexualidade, pois a igreja era contra esse tipo de discussão, portanto essas questões específicas do feminismo continuaram sendo debatidas no âmbito privado como os grupos de reflexão da época. (COSTA, 2005 p 5)

Segundo Costa, essa experiência de aproximação com esses setores gerou múltiplas tensões que caracterizavam em alguns momentos as tortuosas relações do feminismo brasileiro com a esquerda, com os setores da igreja católica em vários momentos da luta política.

Dessa forma, durante a década de 70, o feminismo que estava se consolidando precisou superar essas visões e discriminações e estabelecer uma aliança política com esses grupos, que naquele momento parecia ser necessária, já que a luta contra regime militar era uma bandeira comum.

Para Margareth Rago, essa postura do feminismo obedecia algumas estratégias: queriam o reconhecimento social do movimento que colocava as mulheres como alvo principal; e conseguir a aliança dos demais setores da esquerda, envolvidos na luta pela redemocratização, onde os homens davam as cartas e anunciavam um discurso político bastante característico. Assim, logo que estabeleceram as estratégias e táticas de seu movimento, definiram que o alvo maior de sua preocupação deveria ser as trabalhadoras, consideradas não como o setor mais oprimido socialmente, mas como as principais portadoras da revolução social. Dessa maneira, o feminismo se pautou na linguagem da esquerda, mas procurou provar como, em cada uma das questões levantadas por esses grupos políticos, era possível perceber a dimensão feminina. Segundo Rago as feministas usaram essa aproximação para dar legitimidade às suas reivindicações e apresentarem-se como um grupo político importante e digno de confiança. (RAGO, 2003, p.3)

De acordo com Celi Pinto, nesse momento o feminismo se organizava em torno de duas questões: por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta conseqüências para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Do outro lado, há uma consciência muito clara por parte desses grupos da realidade do Brasil, onde havia fome, miséria, e desigualdade social, e esses problemas não poderiam ficar fora da luta específica, dessa forma na luta das mulheres a questão da desigualdade social se torna uma questão central. Dentro desse quadro, o movimento feminista deve ser entendido como um movimento que luta por autonomia em um espaço marcado pelo político; defende a condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população, no qual diversas mulheres enfrentam distintos problemas. (PINTO, 2003 pág. 46)

Considerando essas particularidades do feminismo brasileiro na década de 1970, é possível concluir que o feminismo que eclodiu durante esse período, foi marcado pela busca de legitimação do movimento. Assim para fortalecer e dar visibilidade a algumas questões, foi necessário estabelecer algumas alianças com os outros setores da sociedade, deixando em alguns momentos as reivindicações essencialmente feministas em segundo plano para aderir a luta mais ampla, assim a luta de classes seria priorizada em relação às questões de Gênero. Cabe ressaltar que apesar da aproximação com esses setores, o movimento feminista continuou lutando pelos direitos e a emancipação da mulher, mesmo que tenha sido em escala menor. Após a consolidação do movimento, as reivindicações feministas voltariam à tona, buscando uma linguagem própria e construindo uma identidade das mulheres como novos atores políticos. (RAGO, 2003, p.4)

Assim, com a ideia de buscar uma legitimidade e divulgar uma linguagem própria, surgem, em meados da década de 1970, a *imprensa feminista*, da qual falaremos mais adiante – um importante espaço para divulgar as reivindicações e formar uma opinião pública que favorecesse o movimento – e as inúmeras associações feministas no país. Como aponta Rago, as principais associações que surgiram nesse período foram: o *Centro Brasileiro da Mulher*, no Rio de Janeiro, a *Associação de Mulheres*, de São Paulo, futuramente denominada “*Sexualidade e Política*”, o *Coletivo Feminista* do Rio de Janeiro, o *Coletivo Feminista* de Campinas, *SOS Violência* de São Paulo, o *SOS Campinas*, o *SOS Corpo*, no Recife, o *Maria Mulher*, em João Pessoa, o *Brasília Mulher*, o *Brasil Mulher*, o *Grupo “Sexo Finalmente Explícito”*, o *Centro de Informação da Mulher – CIM*, de São Paulo, entre outros.

2.2 O feminismo na década de 1980

O ano de 1979 foi um ano especial para o país, pois trouxe uma mudança no cenário político. Dois acontecimentos marcaram esse ano: a anistia política aos presos e exilados políticos e a reforma partidária. Com a anistia, um número expressivo de militantes voltam ao país trazendo consigo novas ideias e experiências vividas no exterior. A anistia também marcava um momento onde havia uma maior liberalização, menos repressão e as possibilidades de manifestação eram maiores. No mesmo ano, os estrategistas do governo elaboraram uma reforma partidária dando fim ao bipartidarismo, que havia vigorado no país desde 1965.

Esse era o cenário que marcaria a década de 1980, de acordo com Celi Pinto; se muitos consideram a década 1980 como a década perdida para a economia do país, em função da grave crise econômica que se instala, para a política isso não ocorreu, já que, entre outros, o feminismo brasileiro tomou novos rumos (PINTO, 2003, p.68)

De acordo com Margareth Rago, após o período de luta mais geral pela redemocratização, as feministas passaram a propor uma nova concepção da política, assim se antes as questões essencialmente femininas (Aborto, Sexualidade, direito sobre o corpo) eram colocadas em segundo plano e debatidas apenas no ambiente privado dos grupos de reflexão, agora elas seriam politizadas e levadas à esfera pública. (RAGO, 2003).

O feminismo adotava uma linguagem diferente da linguagem da esquerda na qual se apoiaram na década de 1970, o distanciamento do discurso marxista-masculino, facilitou a incorporação de temas considerados tabus pela sociedade. Tratava-se não mais de recusar as questões do universo feminino, mas de incorporá-las na esfera pública. Dentro dessa nova concepção de política, os assuntos como estética, moda, beleza feminina, passavam a fazer parte do leque temático; as feministas faziam os debates sobre a beleza feminina fazendo críticas aos ideais de beleza veiculados pela mídia e aproveitava para criticar a ideia de que o feminismo estava ligado à desvalorização da feminidade da mulher.

Nos anos 1980, a questão da institucionalização do movimento se tornou um dilema. O avanço do movimento fez do eleitorado feminino um alvo do interesse partidário e de Candidatos a cargos eletivos que começaram a inserir as questões das mulheres às plataformas eleitorais e a criar departamentos femininos dentro das suas estruturas partidárias. De tal

modo, começou a ser pensado a relação entre o movimento e o Estado, na medida em que o movimento ao se institucionalizar podia avançar em termos de política. Celi Pinto ressalta que a reforma partidária também afetou o movimento, pois com o fim do bipartidarismo, as militantes, que antes se identificavam com o MDB (Movimento Brasileiro Democrático) passaram a se dividir entre o PMDB (Partido do Movimento democrático Brasileiro que se sucedeu do MDB) e o PT (Partido dos Trabalhadores).

A partir dessas divisões políticas e partidárias, e com o processo de redemocratização mais avançado, surgiria uma divisão dentro do movimento: De um lado ficavam as feministas que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação com o Estado, porém do outro lado estavam as feministasautonomistas que consideravam essa aproximação um perigo para o movimento.

Como afirma Costa, apesar dessa questão da institucionalização gerar posições divergentes dentro do movimento feminista, o movimento não podia deixar de reconhecer a capacidade do Estado para influenciar a sociedade como um todo, através de leis, políticas econômicas e sociais, portanto, enquanto instituição, seria um aliado importante na transformação da condição feminina. Apesar de a institucionalização favorecer o movimento, caberia ao feminismo, enquanto movimento social organizado, pressionar e influenciar o aparelho de Estado para garantir o desenvolvimento de políticas sociais que fossem adequadas aos interesses do movimento.

Dentro dessa perspectiva, surge o CNDM (O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), criado em 1985, a partir de uma articulação entre as feministas do PMDB e o presidente Tancredo Neves, no processo de transição. Assim o CNDM se tornou uma organização estatal vinculada ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

Ao contrário do que pensavam uma parcela das feministas, essa articulação com o Estado fortaleceu a autonomia do movimento, que lutou pelo espaço das mulheres na Assembleia Nacional Constituinte, fazendo campanhas para que suas demandas fossem inseridas. De acordo com Costa, “as mulheres invadiram o Congresso Nacional: brancas, negras, índias, mestiças, intelectuais, operárias, professoras, artistas, camponesas, empregadas domésticas: patroas... todas unidas na defesa da construção de uma legislação mais igualitária

(COSTA, 1998, p.117). Através dessa ação direta, o movimento conseguiu aprovar 80% de suas demandas.

Segundo Sarti, os anos 80 não representaram um avanço só em termos de políticas sociais do movimento, mas também marcaram o movimento feminista no âmbito acadêmico. É nesse período que começaram a aparecer pesquisas acadêmicas sobre a mulher (SARTI, 2004). Nesse contexto, a Fundação Carlos Chagas foi um órgão importante para abrir espaços para as pesquisas voltadas para a mulher. É no departamento dessa instituição de pesquisa que surge o Núcleo de pesquisa em estudos da Mulher. (PINTO, 2003, p 86.)

A título de síntese, o feminismo da década de 1980 se orientou em torno das conquistas de espaços no plano institucional, por meio de Conselhos da condição da Mulher e delegacias especializadas da Mulher; da presença em Congressos e do desenvolvimento de formas alternativas de participação política. Nesses contextos, as feministas enfrentaram resistências internas – pois muitas viam na institucionalização uma ameaça ao movimento – e externas – da própria sociedade – em relação ao movimento.

2.3 O Feminismo na década de 90

Se observarmos o movimento feminista nas décadas de 60 e 70 e compararmos com o feminismo dos anos 1990, não hesitaremos em nos perguntar se o feminismo acabou. De fato, a década de 1990 não favoreceu a expansão dos movimentos sociais, ocorrendo até mesmo uma retração desses movimentos. Por outro lado, nos anos 1990 foram criadas condições para que as demandas do feminismo fossem incorporadas por largas parcelas dos discursos públicos. Uma das vitórias dos movimentos sociais pode ser vista através da diminuição das piadas, anedotas sobre negros, mulheres e homossexuais, que eram consideradas normais nas décadas anteriores. Mais importante do que isso talvez seja a presença do direito da mulher e do restante das chamadas minorias no discurso político.

Celi Pinto aponta que durante a década de 1990 houve um aumento do espaço dedicado às questões relacionadas ao direito da mulher nas campanhas eleitorais. É possível perceber isso tanto nas propostas dos candidatos à presidente da República como na campanha dos candidatos a vereador. Para a autora, essa constatação revela que havia na década de 1990 um “feminismo difuso” na sociedade, fruto de anos de militância do movimento organizado, que se expressa na presença da luta pelos direitos das mulheres nas

campanhas eleitorais. Esse “feminismo difuso” não tem militantes nem organizações e muitas vezes é defendido por homens e mulheres que não se identificam como feministas. Por ser fragmentado e não supor uma “doutrina” é um discurso que circula em diferentes esferas da sociedade.

Assim entram em pauta assuntos como assédio sexual e violência doméstica, os quais são debatidos na esfera Estatal, a fim de propor leis que tratem diretamente desses temas. Apesar da participação da mulher nos cargos do Congresso não ser tão significativa, há ainda uma forte presença na luta pelos seus interesses. Mesmo não ocupando cargos efetivos na esfera política, as mulheres passaram a se organizar em ONGs (Organizações não governamentais).

Durante a década de 90 algumas mulheres que militaram nos anos 1970 e 1980, tornaram-se profissionais, seguindo as mais diferentes carreiras, e fundaram ONGs, onde passavam a exercer suas profissões a partir de um trabalho comprometido com a causa feminista. Essas organizações privadas são fundadas sem fins lucrativos e agem por meio de projetos destinados à população específica ou à causas específicas. As ONGs são financiadas por fundações internacionais, mas em alguns casos recebem dinheiro do governo. (PINTO, 2003, p 96)

De acordo com Pinto, o problema das ONGs é a limitação que essas organizações podem trazer. Isso porque ao se associar ou criar uma ONG, a feminista não deixa de ser feminista, porém, passa a falar de um lugar institucional que a diferencia de outras feministas. Apesar disso, o número de ONGs feministas cresceu muito durante a década de 1990, absorvendo objetivos distintos, de tal modo que surgem organizações para representar as mulheres rurais, as portadoras de HIV, mulheres parlamentares, mulheres negras, mulheres prostitutas, entre outros. O feminismo na década de 1990 deu segmentação às lutas, ainda que essas lutas tenham sido ligadas à própria dinâmica das ONGs. Com base nos argumentos expostos, Celi Pinto defende que o feminismo dessa década não pode ser visto por um único viés, já que representa diferentes segmentos e lutas das distintas mulheres na sociedade, sendo caracterizado pela autora como “feminismos”. (PINTO, 2003, p 97)

Conforme foi visto nesse capítulo, no Brasil, desde o século XIX até a década de 1990, o movimento feminista passou por várias fases, marcadas por lutas diferenciadas, que incluíram a institucionalização do movimento. Ainda que, atualmente não realize manifestações

públicas, continua atuando nas diferentes esferas da sociedade. Seu legado pode ser visto através da difusão de muitas de suas ideias nos diferentes âmbitos.

Partindo dessa breve apresentação do projeto feminista no Brasil, o presente trabalho considera importante apontar como a imprensa feminista refletiu as propostas desse movimento.

Capítulo III: A elaboração da Constituição de 1988 refletida nas páginas do jornal *Mulherio*.

Como vimos anteriormente, a imprensa feminista foi peça importante para a construção dos sentidos do movimento feminista, em suas páginas foram refletidas as posições e os acontecimentos que marcaram o feminismo enquanto ideologia e movimento. Além disso, a imprensa contribuiu para a formação de uma opinião pública favorável e divulgou o discurso feminista, dando força, expressão e visibilidade à luta das mulheres.

Reconhecendo a importância da imprensa, esse capítulo busca mostrar, através das publicações de *Mulherio*, como se participou a participação feminina na elaboração da Constituição de 1988.

3.1 Mas *Por que Mulherio*? A escolha da fonte e a Metodologia aplicada

De acordo com a autora Tania Luca, no início da década de 1970, poucos eram os estudos que utilizavam os jornais e revistas como fonte para o conhecimento na história no Brasil. Apesar de já haver uma difusão da imprensa no Brasil e reconhecer que era preciso escrever a história da imprensa, em virtude da importância dos impressos, relutava-se em utilizar os periódicos como fonte para escrevê-la. Em parte, isso decorria da presença da tradição histórica do século XIX e início do XX, que estabelecia requisitos para trabalhar com esses tipos de documentos. O historiador deveria estar livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo, e deveria utilizar fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, e deveria estar ao máximo distanciado de seu próprio tempo. (LUCA, p 112, 2005)

Dentro dessa concepção, o uso de periódicos não seria adequado como fonte para o historiador, na medida em que os impressos possuíam fragmentos do cotidiano, do tempo presente. Essa concepção da escrita da história foi criticada pela *Escola dos Annales*, ainda nos anos 1930, porém, as críticas não foram suficientes para superar de imediato essa concepção e adotar os periódicos como fonte. A escrita da história só sofreu mudanças significativas a partir do final do século XX com a terceira geração da *Escola dos Annales* que incorporou novos objetos, problemas e abordagens metodológicas.

A partir dessas mudanças, em meados da década de 1970, abriu-se um espaço para utilização de periódicos como fonte e objeto de estudo na pesquisa histórica. Em 1974 surgiam os trabalhos de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado reconhecendo a importância dos impressos como fonte histórica:

Os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação. A presente pesquisa ensaia uma nova direção ao instituir o jornal O Estado de São Paulo como fonte única de investigação e análise crítica. A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero 'veículo de informações', transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (LUCA apud CAPELATO 2005, p. 118).

Refletindo respeito da utilização dos documentos como fonte histórica, para o historiador Jacques Le Goff (1984), o documento é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu e também das épocas sucessivas durante as quais continuou a existir. O documento é monumento, resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si própria.

Assim, compartilhando dos pressupostos de que a imprensa não é apenas um mero “veículo de informações”, e transmissora imparcial e neutra dos acontecimentos, e ainda de que o documento histórico é uma produção que reflete a época da sociedade que o produziu, neste capítulo utilizaremos o jornal *Mulherio* como fonte para refletir sobre a participação política das mulheres na década de 1980 nos debates para a Constituinte.

A escolha desse periódico se deu pela importância do mesmo na década de 1980. Segundo Celi Regina Pinto (2003, p. 86), O jornal é considerado por pelo seu grau de abrangência e por sua duração (até 1988), a mais importante publicação feminista da década de 1980. Além de sua importância para a imprensa feminista, *Mulherio*, é uma fonte que ainda não foi muito trabalhada, visto que a maioria das pesquisas -monografias e dissertações- sobre a imprensa feminista, estão voltadas para a análise dos jornais da década de 1970 como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*.

Antes de desenvolvermos a temática proposta neste capítulo, é importante apresentar o jornal, destacando suas características e o contexto em que o mesmo foi produzido.

3.2 O Jornal

Mulherio é criado em 1981. Nesse período, o Brasil passava por um processo de redemocratização, em virtude do esfacelamento da ditadura militar, instalada no Brasil em 1964. Inicialmente é importante ressaltar que, durante o governo militar, na fase de maior efervescência cultural e arrefecimento da censura, surgiu no Brasil um tipo de imprensa chamada de alternativa ou imprensa nanica³. Segundo Rosalina Leite, essa era uma espécie de imprensa com características de esquerda e de oposição ao regime, tinha um caráter artesanal e, portanto, era vendida por militantes em eventos ou nas próprias sedes das organizações.

Essa imprensa era representada por jornais diversos com tendências políticas diferentes. Alguns incluíam posições e informações fundamentalmente políticas, enquanto outros apresentavam assuntos de orientação sexual, ideológica e cultural. Em meio a esses jornais destacam-se *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Em tempo*, entre outros.

Nessa conjuntura, a partir de 1975, com o início do processo de suspensão da censura direta à imprensa, aparecem dois jornais feministas: *Brasil mulher* e *Nós mulheres*, lançados, respectivamente, entre 1975 e 1976. Esses jornais faziam parte da imprensa feminista e tinham fortes ligações com o movimento feminista.

Segundo Céli Pinto, o ano de 1975 foi marco inaugural do feminismo no Brasil; até então o movimento estava restrito a grupos específicos, fechados e intelectualizados, sendo configurado mais como uma atividade privada. Em 1975, a ONU (Organizações das Nações Unidas) decidiu que seria o ano internacional da Mulher, realizando uma conferência sobre o assunto no México. A partir desse momento a questão da mulher adquiria um novo status, tanto diante de governos autoritários, como em relação aos projetos que viam com desconfiança a causa feminista. No Brasil, ocorreram diversos eventos que marcaram a entrada das mulheres e de suas questões na esfera pública. Diante dessas circunstâncias, foi aberto um espaço para a formação de grupos políticos de mulheres como *Brasil Mulher* e o *Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira*. Esses grupos vão surgir para estudar e

³ Sobre esse assunto ver, KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: EdUsp, 2003.

debater as questões e os problemas da mulher na sociedade brasileira, e utilizam os jornais como canal de divulgação e conscientização das questões feministas.(PINTO,2003, p.13)

O ano de 1979 e a década de 1980 também provocariam mudanças na imprensa. Após a anistia e uma maior liberalização do Estado, começa a surgir uma nova forma de jornalismo. Os jornais dos anos 1980 passam por um processo de modernização, com a introdução de computadores, e buscaram debater mais abertamente algumas questões. Diante desse cenário, os jornais da imprensa feminista passam a introduzir questões de gênero em suas pautas; se antes a imprensa feminista estava mais ligada às questões políticas e a luta geral pela democracia, a partir dos anos 1980, esses jornais vão introduzir as questões de gênero como violência, saúde, sexualidade, educação entre outros temas específicos.

Para delinear essas mudanças, Elizabeth Cardoso propõe uma divisão da imprensa feminista em duas fases. A primeira geração de jornais, de 1974-1980, que estaria preocupada com as questões de classe e com as diferenças sociais; e a segunda geração, de 1981 a 1989, que estaria pautada pela questão de gênero.

É dentro desse cenário que surge o Jornal Mulherio, em 1981, fazendo parte da 2ª geração dessa imprensa.

A proposta

Nos anos 1980, pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, envolvidas com o estudo da condição feminina no Brasil, se preocuparam em organizar informações sobre o assunto. No início, a proposta era fazer um Boletim de notícias que fizesse uma conexão entre diversas instituições e estudiosos do tema. O Boletim seria um canal de divulgação e debate sobre os problemas da mulher brasileira. As Editoras seriam Adélia Borges (jornalista responsável) e Fúlvia Rosemberg.

Adélia Borges graduou-se em Jornalismo na Escola de Comunicações de Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), em 1973. Adélia atuava na imprensa desde 1972, tendo trabalhado em veículos como Folha de S. Paulo (1972, como repórter da área de Educação), O Estado de S. Paulo (1973-79, como repórter e subeditora de Cidades e Política),

Fundação Carlos Chagas (1979-82, como editora e jornalista responsável do jornal *Mulherio*).⁴

Fúlvia Rosemberg, responsável pelo projeto, graduou-se em Psicologia pela Universidade de São Paulo, em 1965 e possuía doutorado no Laboratoire de bio/psychologie de l'enfant – École Pratique des Hautes Études Université de Paris, título reconhecido pela PUC-SP em 1985. Pesquisadora sênior da FCC, era professora titular em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.⁵

Além das criadoras do projeto, o conselho editorial de *Mulherio* era composto por dezesseis mulheres que eram pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, a saber: Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzales, Maria Carneiro da Cunha, Maria Moraes, Maria Malta Campos, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Marisa Correa e Ruth Cardoso e Derly Barroso, como responsável pelo projeto gráfico.⁶

Surge o número zero de *Mulherio*. Jornal, off-set, a princípio com quatro páginas (março/abril de 1981). Essa edição trazia uma carta de intenção que buscava esclarecer o projeto e os objetivos do periódico. Mas *Por que Mulherio?* Essa era uma indagação sobre a escolha do nome do jornal. Assim, na primeira página do periódico, a redatora, Adélia Borges, reconhece que a palavra *Mulherio* quase sempre é empregada com sentido pejorativo, associada a histerismo, gritaria, chatice, fofocagem ou, então, ‘gostosura’. Porém, justifica a adoção do nome em virtude de que a maioria das palavras relacionadas à mulher possuem essa conotação. Segundo a jornalista:

Mulherio, por sua vez, nada mais é do que “as mulheres” ou “uma grande porção de mulheres”. E o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o *Mulherio* e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e conseqüente, mas não mal-humorada, sizada ou dogmática. (MULHERIO, 1981, edição n° 0, editorial)

Esclarecido o nome do Jornal, a redatora se preocupa em explicar quais seriam as intenções do periódico em uma coluna intitulada *Os objetivos do Jornal*. Inicialmente, a

⁴Essas informações foram retiradas do próprio site da Jornalista. <http://www.adeliaborges.com/>

⁵Essas informações foram retiradas do site da Fundação Carlos Chagas. <http://www.fcc.org.br>

⁶Essas informações foram retiradas da página 2 da edição número um do jornal *Mulherio* de 1981.

intenção era apenas de fazer um boletim de notícias, porém com o passar do tempo constatou-se a necessidade de ampliar o projeto visto que os meios de comunicação teriam interesse por essas publicações. Segundo Adélia Borges:

Nos últimos anos, a imprensa brasileira está descobrindo o assunto “mulher”, antes relegado às páginas de culinária e dicas de beleza. No entanto, as informações da imprensa sobre mulher ainda são, em geral, superficiais, esparsas e contraditórias. Falta justamente um veículo que se dedique de forma sistemática, aprofundada e abrangente a todos os problemas que afetam a mulher brasileira, e que, pela reunião periódica de informações obtidas de fontes fidedignas, possa servir de orientação e manancial informativo para os que focalizam tais assuntos nos meios de comunicação. (MULHERIO, 1981, edição n° 0, editorial)

Assim amadurecida a ideia, surge não um boletim, mas um jornal tendo como público alvo, três segmentos: os órgãos de comunicação, os grupos de mulheres e as entidades culturais e acadêmicas. O jornal teria o apoio da Fundação Carlos Chagas e a Fundação Ford, assim, já nasce institucionalizado, o que de certa forma garantiria a periodicidade do jornal, inicialmente com tiragens de um ano e meio.

A edição número zero, com formato de mini-tablóide, possuía apenas quatro páginas, porém, mais tarde, esse número seria ampliado para dezesseis, tendo algumas edições com até vinte e três páginas. A publicação do periódico seria bimestral, porém, ao longo dos anos, algumas publicações passaram a ser trimestral e, nos últimos anos, se torna mensal.

Mas o que o público alvo podia esperar do jornal? Essa indagação seria respondida no tópico *Nossa Pauta*:

Mulherio, com 16 páginas, terá sempre um artigo de fundo, de análise, abordando um tema polêmico, como o que Maria Carneiro da Cunha escreveu na página 3, sobre o significado do 8 de março. Várias reportagens e notas curtas abordarão a mulher no Brasil e no mundo. Uma seção será dedicada a pesquisas, teses e outros estudos sobre a mulher. (...) Na área de cultura acompanharemos com resenhas e críticas o lançamento de livros, filmes, programas de televisão e peças de teatro. E sempre traremos charges e muitas fotos.

Ainda nesse tópico, a redatora deixa claro que o jornal não tem pretensões de adotar uma posição pré-estabelecida acerca dos temas:

O Conselho decidiu que *Mulherio* não terá uma posição pré-estabelecida sobre este ou aquele assunto - seja planejamento familiar ou tendências no movimento feminista. Pretendemos, sim, debater todos os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posições.

A ideia era que o jornal reunisse diversas opiniões e estudos acerca dos temas que envolviam a mulher brasileira; com essa finalidade, seria muito importante a participação das leitoras, sugerindo, criticando e enviando matérias.

Publicado o jornal, o público poderia ter acesso através de assinaturas - cujo valor anual, com direito a seis exemplares, era de CR\$ 300 - ou poderiam comprar nas bancas de jornal pelo valor de CR\$ 50,00. Vale ressaltar que esse valor não foi fixo, sofrendo reajustes ao longo dos anos⁷. Com os jornais nas bancas, restava saber como seria a aceitação do periódico na sociedade e, principalmente, como seria recebido pelo público alvo.

Assim, na edição número 1, datada em maio/junho de 1981, abre-se um espaço para cartas das leitoras, com o objetivo de ouvir sugestões e críticas dos leitores. A partir da leitura das cartas podemos ver que em sua primeira edição o jornal foi bem recebido:

O lançamento de *Mulherio* muito nos alegrou, ia que estamos desenvolvendo na nossa região um trabalho junto às mulheres lavradoras e também das periferias da cidade. Temos também um trabalho com um grupo de lavadeiras, além de um programa especial na rádio local. Por intermédio deste novo jornal, poderíamos nos inteirar do movimento de organização das mulheres em outras regiões do Brasil. Em Conceição do Araguaia tivemos nosso primeiro encontro de Mulheres em setembro de 1980. Neste ano, em Cametá, foi realizado o primeiro encontro de mulheres da região tocantina.

*Grupo de Mulheres da Região de Conceição do Araguaia, PA.*⁸

Mas apesar da boa recepção, o jornal também recebeu algumas críticas e sugestões. Uma delas se referia ao nome do Jornal:

Um jornal como esse, com esses objetivos, entusiasmo. O número zero criou uma expectativa muito saudável em relação aos próximos números. Mas a nome do jornal é horrível. *Mulherio* não é uma palavra quase sempre empregada com sentido pejorativo, ela é sempre empregada assim. É uma palavra do mundo masculino para indicar um conjunto de mulheres potencialmente à disposição dos homens. Juntamente com *mulherada*, é uma palavra há muito banida do vocabulário de muitas mulheres que já se deram conta do poder das palavras(...) Assim, nossa proposta é de que o nome do jornal seja mudado. *Maria Olívia Bochini, Cacilda Ascui, Gireia Eckachmidr e Hilda Alenear Gil, SP.*⁹

A redatora respondeu à crítica expondo que *Mulherio* realmente era um nome controverso e que enquanto umas criticavam outras elogiavam, porém a crítica delas era importante e ficaria registrada no jornal para levantar um debate. É importante sublinhar, o perfil do jornal vai mudando de acordo com os anos, e essas mudanças estão relacionadas a três fases marcantes no periódico.

No primeiro período, de março de 1981 a setembro de 1983, foram publicados 15 números. Conforme já foi dito, as publicações do jornal receberam subsídios da Fundação Ford para concretizar-se e eram patrocinadas pela Fundação Carlos Chagas. Em 1984, por

⁷Sobre o reajuste dos preços do jornal ver a tabela 1.

⁸ Cartas do Jornal *Mulherio*, pág 2 .edição 1, ano 1. 1981

⁹ Idem

causa de uma discordância no teor da pauta editorial, ocorre a separação do jornal da Fundação Carlos Chagas. A partir desse momento, o jornal encontraria dificuldades para se manter sem o apoio da fundação.

Diante desse cenário inicia-se a segunda fase do jornal, de 1984 a 1988. Para estruturar esta nova fase, foi criado o Núcleo de Comunicação Mulherio, que publicou os 24 números seguintes, agora sob a responsabilidade editorial da jornalista Inês Castilho. Durante este período, a equipe responsável teve que lidar no seu dia-a-dia com o fantasma da auto-suficiência para sua continuidade. Essas dificuldades estavam sendo refletida nas páginas do jornal. A primeira página da edição número quinze expunha as dificuldades financeiras, exclamando: *Mulherio não pode parar!* citando ao fundo o nome de colaboradoras e colaboradores do jornal, e fazendo um apelo a todas/os para que contribuíssem com continuidade do mesmo. (MULHERIO,1983, nº 15, capa)

Na página 2 do mesmo número, Adélia Borges, traz uma espécie de carta na qual são explicadas as dificuldades e explicita-se não só o anseio de não deixar o jornal morrer, como também são traçadas novas perspectivas:

Com um financiamento mínimo de uma instituição teremos o ponta-pé inicial para a montagem de um jornal independente, que pretende ser competitivo no mercado editorial, um jornal que tenha anúncios publicitários e que possa fazer uma divulgação bem-feita de maneira a atingir o potencial de público que acreditamos possuir, e que, nestes dois anos e meio, foi atingido apenas em pequena parte.¹⁰(MULHERIO,1983, nº 15,p2)

Em 1988, uma nova mudança acontece. Após publicar 39 volumes, com o nome *Mulherio*, o jornal passa a se chamar *Nexo, Feminismo, Informação e Cultura*. Porém, só dois únicos números de junho e julho são publicados. Não conseguindo diversificar suas fontes de sustento, e não contando mais com o apoio da Fundação Ford, a equipe rende-se e conclui sua existência. Cabe ressaltar que a coleção de *Mulherio* e *Nexo*, está mantida no acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic, da Fundação Carlos Chagas, e atualmente encontra-se disponível para consulta virtual.¹¹

Como vimos anteriormente, o Jornal *Mulherio* teve 39 edições e mais duas como *Nexo*. Considerando a quantidade de números, buscamos estabelecer um método de análise que viabilizasse a pesquisa, inclusive com recursos disponíveis de tempo. Para trabalhar com o jornal, optamos por criar uma tabela com as seguintes entradas para organização das

¹⁰ BORGES, Adélia. Do querer para o poder. *Mulherio*, São Paulo, n. 15, setembro/outubro 1983, p. 2.

¹¹ Essas informações foram retiradas do site da Fundação Carlos Chagas. Sítio <http://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/historia>.

informações: o número, edição e ano da publicação, cor, quantidade de páginas, origem, preços, tiragem, a presença ou não de charges, fotos, ilustrações e os principais temas abordados. Como o que mais nos interessava eram os temas abordados, após leitura das edições, estabelecemos categorias e/ou rubricas de classificação.

Os resultados¹² dessa categorização nos permitiram notar que entre os mais diversos assuntos que foram abordados pelo jornal durante todos esses anos, os que tiveram um maior destaque estavam relacionados à política nacional, totalizando um número de 37 artigos.¹³

A partir desse levantamento de dados, foi possível notar que, apesar de se assumir como um jornal feminista, o *Mulherio* também pode ser considerado um jornal noticioso, à medida em que aborda uma variada gama de assuntos que não se restringem somente às questões femininas, mas que refletem, em suas páginas, os acontecimentos de âmbito nacional e internacional.

O jornal, inicialmente, se propõe a divulgar estudos e pesquisas no sentido de ampliar o debate em torno das questões femininas, mas, posteriormente, inclui matérias que não só interessam o público feminino, mas tratam de questões gerais sobre a sociedade brasileira. Por esse motivo, apesar de ser um jornal classificado por Cardoso como um jornal da segunda geração da imprensa – voltado para questões específicas do universo feminino – é possível constatar que, em suas páginas, uma série de outras questões de âmbito nacional continuaram com espaço garantido.

Levando em consideração a quantidade de artigos que estavam relacionados à política, eixo por nós priorizado, procedemos a um recorte temático dentro dessa categoria, em virtude do tempo e do formato da pesquisa- monografia-, para que se pudesse analisar a participação política da mulher na década de 1980 através da imprensa feminista. Sendo assim, como “em história, tudo começa com o gesto de selecionar (CERTAU, 1979, p. 30),” entre os 37 artigos que se referiam à política, elegemos como material a ser analisado, os artigos que se referiam à temática da convocação para Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88. O objetivo era analisar a forma como foi tratada a mobilização das mulheres em torno dessa questão de âmbito nacional nas páginas da folha.¹⁴

¹²O levantamento dos dados foi sistematizado em tabelas que se encontram em anexo ao fim do trabalho.

¹³Os outros assuntos que foram abordados pelo jornal com uma frequência regular estão listados por ordem de quantidade de artigos na tabela 3.

¹⁴Dentre os 37 artigos que se relacionam à política, 16 são sobre a Constituinte e os outros 21 artigos se dividem entre os temas de Diretas já, Política internacional e eleições de 1982

3.3 “Lugar de mulher é na Constituinte!”

Como já foi visto, a década de 1980 foi marcada pelo processo de redemocratização. Maria Helena Versiane aponta, em seu trabalho “*Linguagens da cidadania: Os brasileiros escrevem a constituição de 1988*”¹⁵, que nesse período o Brasil vivenciava o processo de transição de um regime de ditadura para um regime democrático. Trata-se de um longo período que abrangeu os anos da chamada abertura política lenta, gradual e restrita (1974-1985), iniciados pelo general Ernesto Geisel e continuados pelo general João Figueiredo.

Nesse processo, a reconstitucionalização aparecia como via democrática de luta contra o autoritarismo, recebendo forte e crescente apoio social¹⁶ e tornando-se inclusive um elemento central na articulação da eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney à Presidência e Vice-Presidência da República, em 1985. Com a eleição e morte de Tancredo Neves, Sarney assume a Presidência e propõe oficialmente a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para o país.

A partir desse momento, abre-se um intenso debate na sociedade sobre que tipo de Constituinte se desejava estabelecer. Nesse sentido, inicia-se a organização de um movimento social em prol da participação popular na elaboração da Constituinte.

Segundo Versiane (2003), “o projeto de uma nova Constituinte, ainda que preterido pelo governo, consolidava-se e ganhava grande visibilidade como bandeira de luta prioritária de oposição ao autoritarismo, empunhada, sobretudo, por uma ampla rede de associações e movimentos sociais.”

Porém, ter uma nova constituição não garantiria a democracia. Para que isso ocorresse era necessário que a nova Constituição expressasse os anseios, ideias e as propostas do povo brasileiro em geral, e não apenas das elites ou dos outros setores que tinham uma participação maior na política. Esse entendimento de que era necessário que a sociedade brasileira participasse desse processo, estava relacionado ao fortalecimento de uma cultura política - que

¹⁵ Tese de Doutorado em história, política e bens culturais. Fundação Getulio Vargas. RJ 2013

¹⁶ Como aponta Maria Paula de Araújo, a partir década de 1970, no curso do programa oficial de abertura gradual, uma série de movimentos sociais passou a disputar com o governo os espaços legais de atuação política, conferindo novas condições e ordenação ao jogo político brasileiro. Sobre esses novos atores no cenário político ver ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “*A luta democrática contra o regime militar na década de 1970*”. In Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Motta (orgs).

ganhou força na década de 80 - com ênfase na participação do cidadão como elemento fundamental para um sistema democrático. (VERSIANE, 2003, p. 80).

Desse modo, a partir de 1985, os diversos setores da sociedade, como partidos, entidades, associações, organizações começam a se mobilizar elegendo como prioridade a elaboração de propostas e sugestões para a Constituinte. Assim, uma crescente mobilização social em prol da participação da população no processo constituinte teve lugar no país. O objetivo era fomentar a criação de núcleos pró-participação na Constituinte, um exemplo disso foi a criação do Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte (MNPPC), em 26 de janeiro no Rio de Janeiro. (VERSIANE, 2003, p. 85).

Além desses núcleos, havia também movimentos pelos direitos das mulheres, dos negros, das pessoas portadoras de deficiência física, dos idosos, indígenas, crianças e adolescentes, presidiários e até mesmo iniciativas individuais de cidadãos comuns, abrangendo diversas reivindicações sociais. Esses grupos visavam sistematizar suas reivindicações e enviá-las para a constituinte, nesse momento de grande mobilização, se viam como atores participativos dentro desse cenário político.

Versiani, em sua tese, analisa as iniciativas individuais dos cidadãos que, através de suas cartas às autoridades, buscavam uma participação na elaboração da nova Constituição. Vale lembrar que o interesse participativo revelado nas cartas encontrava sustentação ideológica e organizacional nas campanhas pró-participação popular na Constituinte, que, naquele momento, irrompiam na cena pública, defendendo, sobretudo, o direito da população de reivindicar direitos. Assim, os populares avaliaram, reconheceram e escolheram, naquele momento, escrever às autoridades, como uma boa alternativa para lutar por seus interesses e demandas. As campanhas pró-participação popular na Constituinte, sem dúvida, foram ao encontro de ideias, expectativas e valores já presentes nos padrões culturais e políticos dos brasileiros. (VERSIANI, 2003, p.175)

Diante desse cenário, os meios de comunicação – principalmente a televisão e a imprensa - foram grandes difusores dessa inegável mobilização social que estava ocorrendo em torno da Constituinte no país. Não se podia mais negar, “A Constituinte estava em todas as bocas”¹⁷. Assim expressava o jornal *Mulherio* ao abordar pela primeira vez, o tema da Constituinte. A ideia de que o tema também deveria ser debatido na imprensa – visto que era um tema recorrente na sociedade – foi refletida através de uma chamada no jornal:

¹⁷ COSTA, Albertina de Oliveira. “As Constituintes Masculinas”. Jornal *Mulherio*. Janeiro/fevereiro1985, edição nº 20, p 7 e 8.

A Constituinte está em todas as bocas. Todos, cristãos novos e velhos dissidentes, enxergam a necessidade de firmar um novo pacto social do período que se abre. **As mulheres, historicamente alijadas das decisões políticas no país, terão um grande papel a cumprir na assinatura desse pacto. Porque trazem questões tidas como irrelevantes ou secundárias e que vieram à baila com alguma expressão como o direito ao aborto, políticas públicas que dêem conta de necessidades antes relegadas ao interior da família (como é, assim, o caso das creches e do acesso a contracepção). São questões vitais imbricadas em questões de interesse das outras “minorias”: os desempregados, os negros, os analfabetos, os inválidos, jovens, índios. (Põe minoria nisso!!!) Se não podemos perder de vista, sem dúvida, a forma jurídica que deverão tomar nossas reivindicações, trata-se hoje de levantarmos que políticas sociais queremos ver implementadas e como ganhar força para conquistá-las. Nada melhor para comemorar o Decênio Internacional da Mulher! (MULHERIO, 1985 p.7)**

A partir do texto em epígrafe é possível notar como o jornal *Mulherio* considerava importante debater o tema da Constituinte e principalmente como as mulheres deveriam não apenas debater, mas participar ativamente desse processo para que suas reivindicações fossem implementadas. Além disso, a citação também nos permite ver que como a autora Versiani apontou, existiam diversos grupos empenhados em levar suas reivindicações à Constituinte. A imprensa ao divulgar essas mobilizações e retratar em suas páginas as reivindicações de cada grupo, dava visibilidade e força a esses movimentos, além de contribuir para que o tema da Constituinte chegasse a todas as bocas.

Um ponto interessante a ressaltar é que o Jornal *Mulherio* se assumia como um jornal feminista e como já foi visto anteriormente, o jornal em questão foi classificado por Cardoso como um periódico da segunda geração da imprensa feminista, ou seja, seria um jornal mais voltado para as questões específicas – de gênero- em torno da condição feminina. Entretanto, como podemos ver na citação acima, *Mulherio* ao abordar o tema da Constituinte, se desvia um pouco dessa classificação à medida que considera que as reivindicações das mulheres que antes eram vistas como questões secundárias, agora se tornaram questões de interesse de outros setores da sociedade. Portanto, mesmo considerando as especificidades das reivindicações das mulheres, o jornal considerava imprescindível a participação da mulher na Constituinte não só por ser um canal para implementar suas reivindicações, mas porque a participação na Constituinte representava uma oportunidade de participação política mais ampla.

Essa postura da participação política da mulher já tinha sido abordada pelo jornal na edição de nº 3, setembro/outubro 1981, quando na reportagem de capa, o jornal trazia a seguinte indagação: *Política é assunto de mulher?* Através dessa matéria o jornal revelava as dificuldades encontradas pelas feministas de participarem dos debates políticos mais amplos

do país dentro dos partidos, em virtude dos preconceitos que ainda eram vigentes. A dificuldade em falar de política era expressa no próprio conteúdo do jornal:

Jornal Mulherio/ edição e ano	Temas abordados por categoria: Política* *Dentre os artigos de política o assunto que mais se destaca é a Assembleia Constituinte de 1987/88 (16 artigos). Os outros se dividem entre as Diretas já, Eleições de 1982 e Política internacional
Zero, Março/ Abril 1981	Nenhum
1 Maio/junho 1981	Nenhum
2 julho/agosto 1981	Eleições na França e Revolução Socialista em Cuba
3 setembro/outubro 1981	Política é assunto de mulher? Reportagem de capa falando da trajetória política feminina; Adalgisa, a deputada de 45, Memórias da clandestinidade, A difícil - mas possível - ação, As prefeitas um estudo sociológico sobre o papel da mulher na política.
4 Novembro/ dezembro 1981	Nenhum
5 Janeiro/fevereiro 1982	-
6 Março/Abril 1982	-
7 maio/junho 1982	Política internacional: El salvador e Nicarágua Lutando pela democracia;
8 julho agosto 1982	Eleições : as candidaturas femininas nas eleições de 82
9 setembro/outubro 1982	Eleições: visão da sociedade sobre as candidatas femininas, autonomia do movimento antes e depois das eleições, a conquista do voto feminino e a primeira mulher que entrou pra política
10 novembro/ dezembro 1982	Relação entre o estado e o movimento, institucionalização e autonomia
11 janeiro/fevereiro 1983	Eleições: o que ganhamos e o que perdemos, as políticas do governo em relação a creches, relação com o Estado
12 Março/ Abril 1983	Nenhum
13 Maio/ Junho 1983	Como os novos governos estaduais conquistados pela oposição nas últimas eleições estão tratando a questão da mulher? Criação do Conselho da condição feminina, entrevista com Darcy Ribeiro sobre o compromisso do Estado com a Mulher, Política internacional: internacional A ditadura de Pinochet fará dez anos em setembro. Uma de suas mais fortes opositoras é Isabel Letelier, livro sobre EVITA Peron
14 julho/agosto 1983	As mulheres e as novas formas de política: EUROPA, ANOS 80.
15 setembro/outubro 1983	Nenhum
16 Maio/junho 1984	Diretas já, unindo o movimento de mulheres
17 julho/Agosto 1984	Nenhum
18 setembro/outubro	Nenhum

Através da tabela acima podemos perceber que nos primeiros anos de publicação, o jornal não abordava o tema de política mais ampla, de âmbito nacional; os assuntos que se referiam à política eram aqueles que tinham uma relação com as medidas realizadas sobre a condição da mulher. Somente a partir do número 7 é que o Jornal de forma mais sistemática vai abordando os temas de política mais ampla como as Diretas já e as eleições presidenciais. Um ponto a ressaltar é que mesmo com o passar dos anos, a postura do Jornal em começar abordar a política institucional acabou desencadeando uma série de críticas. Isso fica claro no editorial da edição de nº 20 de 1985:

MULHERIO vem tentando tratar de política institucional. E temos tratado. Tateantes nos perguntando todo o tempo o que significa um jornal de mulheres falar de política, como articular nossos desejos com o Congresso, Colégio Eleitoral, Planalto, terrenos tão alienígenas. Queremos ser políticas, não partidárias - o que não quer dizer que individualmente não tenhamos simpatias por esse ou aquele partido[...] Por que é que estamos falando tudo isso? Porque ficamos sabendo o quanto MULHERIO abordar a sucessão presidencial, por exemplo, desagradou muita gente.[...] Várias pessoas disseram que o jornal deixou de ser feminista ao tratar de política institucional;[...] Estamos dizendo tudo isso porque nos interessa como jornal manter o debate. Porque estamos refazendo nosso projeto, em pleno

agito interno, repensando o jornal de ponta a ponta. E queremos que todos e todas que lêem o jornal participem desse momento. E também porque se estamos deixando para trás uma ditadura militar, nossa melhor contribuição para que a transição realmente democrática se opere, é viver práticas democráticas. Analisando, elogiando, fazendo críticas.[...] (MULHERIO, 1985 p. 3)

Com a proposta de continuar o debate, o *Jornal Mulherio* continuou trazendo em suas páginas questões de política de âmbito nacional, dando destaque a partir dos anos 1985, para a questão da Constituinte. Ressaltando a importância da Constituinte, o *Jornal* publicou uma matéria intitulada “*O be a bá do Brasil*” na qual Emir Sader faz algumas indagações sobre o processo de mudança de regime e destaca a importância da nova Constituição:

Ainda sem ter clareza sobre o tipo de regime que começa a se configurar para substituir a ditadura militar, o certo é que será um regime diferente, melhor ou pior, mas o período político será outro, porque a correlação de forças entre as classes se alterou e exatamente por isso ninguém nega a necessidade de elaborar uma nova constituição para o Brasil. [...] A pergunta que se coloca hoje é: que tipo de Assembleia Constituinte, para que tipo de Constituição e, principalmente, que tipo de democracia. [...] O momento da constituinte pode ganhar um caráter de alavanca para a democratização radical da sociedade, se for instrumento de mobilização, organização e ação por parte dos mais amplos e variados segmentos do país, na luta por elevar sua condição a de cidadãos, com direitos iguais. [...] Por isso, o mais importante é dar início já a esse processo, para que ele desemboque numa Assembleia Constituinte representativa *da nossa gente*[...]Para que tenhamos enfim uma constituição que possamos dizer que é nossa, como começamos a fazer com a bandeira verde-amarela e com o hino nacional. (MULHERIO, 1985, p.8 *grifo nosso*).

O trecho da matéria em epígrafe reforça a ideia de que *Mulherio* importava-se em abordar o tema da Constituinte não só em virtude da participação feminina, mas porque considerava a Constituinte um avanço para a democratização, na medida em que a mobilização dos variados setores possibilitaria uma Assembleia Constituinte representativa não apenas das mulheres, mas “*da nossa gente!*”. Outro ponto a destacar é que a matéria foi escrita por um homem – o sociólogo Emir Sader – o que demonstra que apesar de ser um jornal feminista, *Mulherio* contava com a colaboração de homens para escrever algumas matérias; isso reflete a postura do jornal em articular a luta das mulheres à política mais ampla.

Ainda no sentido de incentivar a participação política da mulher na Constituinte, o jornal apontava para o fato de que não bastava levar as reivindicações das mulheres à mesma, era necessário que elas lançassem candidaturas e fossem eleitas para fazer parte da comissão que elaboraria a nova Constituição. É possível notar isso na matéria de Maria Moraes (Socióloga e professora da UNESP)¹⁸:

¹⁸ MORAES, Maria. Nova década, novo desafio: a participação na Constituinte. *Jornal Mulherio*. Abril/maio/junho 1985, edição nº 21, p.5

Se vamos abrir uma nova década a questão que se coloca é como participar autonomamente da constituinte?[...] Cabe a nós lutar para que sejamos representadas na definição de uma nova ordem Constitucional, criando condições, para eleger mulheres que saiam diretamente dos nossos movimentos. (MULHERIO, 1985, p. 5)

Porém para participar autonomamente da Constituinte, também era preciso se mobilizar. Assim, com a finalidade de informar as leitoras e leitores como as mulheres estavam se organizando, o jornal divulgava encontros e mobilizações feitas por esse grupo :

Em Petrolina, PE, mais de 300 participaram do 10 Encontro da Mulher do Sertão, realizado em agosto sob o lema "a mulher, que sempre falou pelos cotovelos, agora fala pela Constituinte". Em encontros e seminários que vem sendo realizados desde o ano passado, falaram também pela Constituinte mulheres do Paraná; Santa Catarina; Rio Grande do Sul; do Espírito Santo; da Paraíba; de Alagoas; de São Paulo; do Rio de Janeiro, da Baixada Fluminense (onde a peça de teatro "Mulher e Constituinte", de uma moradora de favela, á foi vista por mais de 10 mil pessoas e certamente de outros estados, de que não temos notícia. Entre elas se encontram trabalhadoras rurais e urbanas, donas de casa e profissionais, negras e brancas, hetero ou homossexuais. (MULHERIO, 1986, p.13 edição de nº25)

Através dessa matéria, podemos constatar que, como Versiani apontou, havia uma grande mobilização em todo o país, envolvendo diversos segmentos. Cabe ressaltar que nem mesmo o movimento das mulheres era unificado, já que havia subdivisões internas no grupo. Cada um desses segmentos (mulher negra, lésbicas, clube de mães) tinha uma reivindicação particular, porém, no momento de luta para terem visibilidade no Congresso Constituinte, elas se uniram em torno de um objetivo em comum: o de elaborar um conjunto de propostas, que assegurariam mudanças significativas nas questões da condição da mulher. A Constituinte era um ponto aglutinador entre esses diversos segmentos, e contribuiu para que o movimento de mulheres aumentasse e avançasse. Outra Mobilização importante foi:

A União de Mulheres que na campanha "lugar de mulher é na constituinte que abriu o microfone da mulher, uma espécie de tribuna nas ruas centrais da cidade para recolher propostas. Em agosto, realizaram uma mini-constituinte com cerca de 33 "deputadas" eleitas nos bairros de periferia de São Paulo. Durante um dia inteiro, as "deputadas" discutiram e aprovaram as propostas que deverão ser levadas, em caravana a Brasília.(MULHERIO, 1986, p.13 edição de nº25)

Ainda com o intuito de divulgar os encontros das mulheres, o jornal trazia em pequenas notas, informações sobre eventos, seminários e tudo o que contribuísse para o debate em tono dessas questões:

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher lançou em novembro a "Campanha Nacional pela Participação das Mulheres na Constituinte", e pretende promover, durante o ano de 1986, seminários e debates em todo o país, em conjunto com o movimento de mulheres, para recolher sugestões e produzir uma "Carta das Mulheres" que será dirigida aos constituintes eleitos Já estão sendo' distribuídos um caderno e um cartaz sobre mulher e constituinte. e quem quiser receber deve dirigir-se ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher [...](p, MULHERIO, 1985, edição nº 21 p. 21)

As mulheres que se organizavam e se mobilizavam em prol da Constituinte uniram-se para elaborar e sistematizar suas reivindicações através da “carta das Mulheres”. Quanto às propostas e sugestões para a Constituinte, *Mulherio* abriu espaço em suas páginas para que os mais diversos setores da sociedade apresentassem suas propostas e sugestões. O jornal incentivava seus leitores a interagirem mandando cartas, sugestões de matérias, pois tinha como objetivo promover um debate amplo em torno dessas questões. Assim o jornal trazia vários boxes na mesma reportagem, mostrando um pouco da mobilização de cada setor; um exemplo disso é a pequena matéria intitulada “*Os problemas dos Índios por eles mesmos*” onde o jornal publica a fala de uma índia, que também se vê como um ator político que deve se mobilizar para levar suas propostas à Constituinte: "Está na hora do índio descer das prateleiras dos museus e caminhar junto ao movimento popular em busca da democracia. "Eliane Potiguara. (MULHERIO, 1986, edição 25, p, 15)

Um outro grupo que vai ter espaço nas matérias do Jornal é o GALF – Grupo de Ação Lésbica - Feminista. A maior reivindicação do grupo era a criminalização da discriminação por orientação sexual, nas palavras de Rosely Roth:

Sabemos que a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais da Presidência da República utilizou, em seu anteprojeto para a Constituição, os termos "qualquer particularidade ou condição social" para englobar a discriminação aos homens e mulheres homossexuais. Com os grupos que integram o Movimento Homossexual Brasileiro, enviamos cartas a esta comissão discordando dos termos escolhidos por serem muito genéricos e, portanto, inadequados para combater a opressão física que nos atinge. (MULHERIO, 1986, edição nº25 p.15)

Um outro tema que apareceu no anteprojeto da Constituinte foi o da ecologia e meio ambiente. *Mulherio* também abriu espaço para debater essa questão ainda que de maneira sintetizada. Na matéria *Constituinte e Meio Ambiente* na edição de nº 31 de 1987, o jornal aponta algumas conquistas:

Áreas degradadas serão recuperadas; métodos e substâncias que signifiquem risco para o meio ambiente e a qualidade de vida terão sua produção, comercialização e empregos controlados; a educação ambiental será incentivada em todos os níveis de ensino[...] (MULHERIO, 1987, edição nº31 p.11)

Essa matéria contribui para ampliar o debate em torno das principais questões que foram mencionadas na Constituinte. Ao trazer para o jornal essa luta dos ecologistas, o periódico contribui para enriquecer o debate sobre a constituinte, além de atingir um público que está diretamente ligado a essas questões ecológicas.

Uma outra demanda que foi levada à Constituinte e que ganhou espaço nas matérias de *Mulherio*, foi a questão do trabalho. Ao abordar o tema, através da matéria “*Avanços na mira dos empresários*”, na edição 35 de dezembro de 1987, *Mulherio* apontava as mudanças exigidas pelos trabalhadores e trabalhadoras. As reivindicações giravam em torno da redução da jornada de trabalho, ampliação da licença médica para gestantes e hora extra paga em

dobro. Os trabalhadores conseguiram algumas dessas conquistas no anteprojeto da Constituinte, porém, como a matéria apontou, ainda há muito o que ser conquistado, pois a Constituinte só estaria reconhecendo algumas das conquistas que foram realizadas pelo movimento trabalhista anteriormente.

Podemos observar que ao dar espaço para debater as reivindicações de vários segmentos da sociedade, Mulherio, dava indícios de que era preciso articular as reivindicações das mulheres às reivindicações desses outros setores. A ideia de que era preciso unir forças de todos os setores para garantir uma Constituição democrática, se consolidava a cada matéria publicada. Porém, o fator que aglutinava esses grupos, não extinguiu os elementos que causavam divergências entre esses segmentos. Algumas dessas divergências foram retratadas no movimento de mulheres. Por ser um jornal feminista, as matérias de destaque sobre a Constituinte privilegiavam as reivindicações desse grupo. Dessa maneira, Mulherio abre suas páginas para divulgar as propostas e o anteprojeto da Constituinte dos vários grupos de mulheres do país. É possível constatar isso na reportagem intitulada de “*A nova constituinte em gestação*” na qual eram apresentadas algumas das reivindicações do Clubes de Mães do Embu, na grande São Paulo:

1ª Lei: A mulher que trai o marido perde pensão, os filhos e todos os seus direitos. E nada acontece ao homem que abandona a família. Queremos direitos iguais para o homem e a mulher. 2: Lei: O marido não tem direito, por motivo nenhum, de bater na sua mulher, porque a mulher não é propriedade do marido. 3: Lei: Que no planejamento familiar, marido e mulher sejam responsáveis de maneira igual. Que o marido aceite orientação junto com a mulher sobre os métodos anticoncepcionais. 4. Lei: Que a mulher abandonada pelo marido e com filhos seja ajudada pelas autoridades competentes para criar os filhos. 5: Lei: Que toda empregada doméstica tenha direitos trabalhistas iguais: fundo de garantia, PIS, férias pagas e salário mínimo igual ao vigente no país 6: Lei: Que toda dona-de- casa tenha um salário fixo por mês com direito a INPS e aposentadoria. (MULHERIO, 1986,edição nº 25 p.13).

Além dessas propostas, na página seguinte, estava o manifesto das mulheres do grupo Brasil Mulher da Bahia, que propunha alguns itens que deveriam ser mudados no sistema legislativo:

1ºPrincípio da igualdade jurídica entre o homem e a mulher coibindo-se assim, o abuso de dispositivos que, embora inconstitucionais. Subsistem em nosso direito.2º Eliminação do papel de chefe da sociedade conjugal prevista no Código Civil Brasileiro, e hoje exercido soberanamente pelo homem, que em decorrência disso é o representante legal da família, o encarregado de administrar os bens do casal e até bens particulares da mulher, possui o direito de fixar o domicílio da família, e é o encarregado de prover o sustento e manutenção da família.3º Inserção de norma referente ao direito a reprodução, concepção e contracepção, extensivo a mulher de qualquer classe social.4º Abolição do crime de adultério da legislação penal.5º Extinção do direito do marido anular o casamento em função do defloramento da mulher.6º Tratamento igualitário entre mulheres e homens trabalhadores, atentando

para a especificidade da vida feminina sem o que não se atingira essa igualdade.(
MULHERIO, 1986 edição n° 25 p.13)

Apesar de ter alguns pontos distintos, podemos notar que as reivindicações dessas mulheres tinham elementos centrais que eram exigidos por vários desses grupos. Assim, os temas que mais aparecem nessas propostas se referem à igualdade entre os sexos, aos baixos salários, redução da jornada de trabalho. No entanto, se esses temas são aglutinadores, um tema aparecia como ponto de divergência: a questão do aborto. O tema era considerado polêmico para qualquer segmento, talvez por ser tão polêmico é que tenha ganhado um espaço maior nas páginas de Mulherio.

As matérias¹⁹ que trataram sobre o tema da legalização do Aborto como proposta para Constituinte, revelavam as divergências entre as feministas:

De todos os debates relacionados com a questão feminina na futura Constituinte, o mais polêmico, seguramente, é o do aborto. (...)Para o movimento de mulheres no Brasil o aborto tem sido preferencialmente tratado como uma questão de saúde da mulher. Reconhecendo as dificuldades ao acesso à contracepção e a sua falibilidade, considera-se o aborto um mal necessário para interromper a gravidez não desejada. Uma questão de saúde, uma vez que o objetivo de legalizar o aborto não se desvincula de uma política global dos direitos reprodutivos, onde o que se quer é exatamente reduzir o número de abortos praticados. [...] De todo jeito, o aborto hoje é matéria do Código Penal. Nada existe na Constituição brasileira que recrimine sua prática. Ou seja, bastaria mexer no Código Penal para legalizar o aborto, sem mexer numa só linha da atual Constituição. “Mas é preciso mexer sim, afirma Rachel Gutiérrez, autora de O Feminismo é um Humanismo, se não tratarmos da questão do aborto nesse período, quando é que vamos tratar? Nunca? De todo jeito, acho que é precipitado falar em legalização do aborto. Devemos garantir na Constituição que ele seja despenalizado.” “Não se deve nem levantar a lebre do aborto na Constituição rebate Florisa Verucci, membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, formada a partir da iniciativa do Presidente Sarney. Acontece que no Brasil ainda não há condições de legalizar o aborto. Esta é uma luta nossa para muito tempo”. (MULHERIO, 1986 n° 26 p. 17)

Esse trecho da matéria nos permite observar que entre as feministas havia divergências sobre o tema do aborto na Constituinte. Uma das principais tarefas dos movimentos sociais favoráveis a legalização do aborto provocado, estava em desvincular as decisões política das questões religiosas. Nesse sentido o Jornal aborda as diferentes posições sobre o aborto:

A guerra contra o aborto na constituinte é comandada por dois grandes poderes: a bancada dos deputados evangélicos – a quarta no congresso – e a Igreja Católica, responsável por um dos mais poderosos lobbies constitucional. A xenofobia dos parlamentares evangélicos contra o aborto chegou a tal ponto do deputado Sotero Cunha atribuir a culpa pela violência sexual de que é vítima, afirmando: “Se a

¹⁹ As matérias que debateram o aborto foram: Aborto: momento de decisão (30 julho 1987); Aborto: o outro lado da moeda (25 março/agosto 1986); Vamos batalhar esse debate aborto: alto risco na constituinte (n° 24 jan./fev. 1986).

mulher não quiser, o homem não conseguirá estuprá-la”. Para ajudar os evangélicos, a deputada Rita Camata (PMDB/ES) propôs a emenda de que “a vida será protegida desde a concepção” que, se aprovada em Plenário, veta qualquer endosso ao aborto nas leis ordinárias.²⁰

Apesar das divergências, nas páginas de *Mulherio*, é possível perceber a posição favorável do periódico à legalização do aborto, visto como um direito, ficando a critério de escolha da mulher querer ou não adotá-lo como prática.

Paralelamente a essas reivindicações dos diversos grupos políticos da sociedade, existia uma mobilização individual dos cidadãos que não se filiavam a organizações, ou associações. Eram cidadãos comuns que também queriam participar desse processo de reconstitucionalização. A maneira encontrada por esses cidadãos de dialogar com as autoridades e participar da elaboração da nova Constituição foi através das cartas.

Maria Helena Versiani vai analisar a composição dessas cartas que eram destinadas às autoridades governamentais com sugestões e propostas para a nova Constituição. Seu trabalho contribui significativamente para percebermos que a mobilização social que estava ocorrendo no país não estava restrita somente a grupos, organizações e associações, mas havia a participação de cada cidadão nesse processo. Assim, torna-se interessante fazer um paralelo entre as reivindicações feitas por esses grupos sociais e as reivindicações feitas pelos cidadãos que não estavam vinculados a nenhum grupo ou organização. Observando as cartas que são trabalhadas pela autora, percebemos algumas diferenças entre as reivindicações dos grupos sociais descritos acima e as reivindicações desses cidadãos.

Uma característica marcante dessas cartas é que ao escrevê-las, o cidadão vê a necessidade de preenche-las com suas experiências de vida, assim as cartas muitas vezes iniciam-se contando sobre as péssimas condições de vida daquela pessoa, do baixo salário que recebe, das condições de moradia, da falta de emprego, ou seja, ao colocar suas experiências do cotidiano, em algumas cartas as reivindicações e propostas vão estar diretamente relacionadas ao cotidiano desses cidadãos. Portanto, é comum ver nas cartas pessoas pedindo empregos, denunciando a fome, a pobreza.

Algumas cartas acabavam deixando à parte a questão de sugerir leis para o país e, muitas vezes, acabavam sugerindo medidas e ações que beneficiariam diretamente esses cidadãos. Portanto, as cartas nos permitem ter uma visão diferenciada sobre o processo de elaboração da nova Constituição; enquanto os grupos sociais se mobilizam por questões

²⁰ Matéria escrita pelo sociólogo SADER Emir. “O aborto da constituinte”. *Jornal Mulherio* Julho 1987, edição nº 30, p.6.

políticas e sociais coletivas, os cidadãos, através das cartas, fazem reivindicações denotando particularidades de seu cotidiano.

Contudo, seja através das cartas de iniciativas individuais ou através das reivindicações de grupos sociais que aparecem nas publicações da imprensa, podemos observar que desde 1985, já ocorria um debate e uma mobilização social em prol da Constituinte. Portanto, segundo a autora VERSIANI (2003) é possível afirmar, que, durante os dois anos que precederam a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1º de fevereiro de 1987, ganhou força extraordinária, no debate político brasileiro, a ideia da participação do “povo”, organizado em movimentos sociais ou mesmo individualmente para elaboração de uma Constituição mais democrática.

Essa intensa mobilização da sociedade foi registrada principalmente pela imprensa. Dentro desse cenário, o Jornal *Mulherio* ganhou destaque, por ser um dos únicos veículos da imprensa feminista que ainda circulavam naquele momento e principalmente por não restringir as suas publicações apenas às reivindicações feministas, abrindo espaço para que as reivindicações dos outros setores também tivesse visibilidade nas páginas do periódico. Nesse sentido o Jornal contribuiu significativamente para ampliar e divulgar o debate de âmbito nacional em torno da nova Constituição.

Instalada a Assembleia Nacional Constituinte em fevereiro de 1987, *Mulherio* registrava em suas páginas como se sucederam os trabalhos. Na coluna de política, uma matéria intitulada “*Constituinte, em compasso de espera*” já mostrava que no primeiro mês de Congresso Constituinte, as mulheres tiveram uma atuação tímida. Porém, ganharam um destaque na tribuna com a presença de Benedita da Silva, candidata do PT.

Em entrevista ao jornal, Benedita explica essa atuação tímida das mulheres destacando, que após a instalação das mulheres no plenário, as brigas não refletiam a unicidade delas, pois possuíam ideologias diferentes, tendo portanto, interesses políticos diferentes. Porém Benedita ressalta que apesar disso, as mulheres possuíam preocupações centrais em torno das questões da condição feminina, o que tornava as ideias divergentes, eram quais seriam as estratégias utilizadas para tratar dessa questão nos trabalhos da Constituinte.

Além dessa dificuldade, o jornal apresenta na mesma matéria um box, mostrando que a mobilização das mulheres deveria continuar; a candidatura de 25 mulheres já demonstrava um avanço no movimento de mulheres e o mais importante era que os partidos políticos tanto de direita, esquerda, ou do centro se viram obrigados a lançar candidaturas femininas nas

eleições de 1986. Assim, ao trazer essa matéria, *Mulherio* reforçava a ideia de que era preciso que as mulheres continuassem se mobilizando para fazer valer suas propostas dentro do congresso e assim garantir uma Constituição que desse conta das questões relativas à condição feminina.²¹

Ainda compromissado em registrar os acontecimentos que se desencadeavam, o jornal trouxe em sua edição 29 Maio/junho 1987 a notícia de que a “Carta das Mulheres” tinha ganhado uma nova versão feita pelo CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), agora adequada ao texto constitucional na forma de dispositivos. Além disso, o jornal traz na mesma página uma nota mostrando que as nove comissões da Constituinte tinham sido definidas.

A partir dessa informação o jornal aponta que apesar da participação das mulheres em algumas comissões, nenhuma mulher foi elevada ao cargo de presidente ou relator da comissão, e também ficaram de fora da Comissão de organização dos poderes e sistema de governo, que era responsável pela discussão de temas cruciais do país. Essa informação foi documentada com um certo tom de indignação, o que mostra que o jornal não só incentivava a participação das mulheres na constituinte para reivindicar questões específicas da mulher, mas queria que a mulher participasse de uma ação política mais ampla, interferindo nos assuntos mais cruciais do país.

Promulgada a Constituição, em 5 de outubro de 1988, o então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, batizou a nova Carta Magna de “Constituição Cidadã”, argumentando que se tratava de uma Constituição “de” e “para” todos os brasileiros. Restava ainda fazer um balanço das conquistas que foram realizadas. Esse balanço foi feito na edição 38 do jornal. Nela o *Mulherio* traz, na coluna política, de uma forma resumida, as principais conquistas através da Constituinte, logo após a votação do 1º capítulo. As principais conquistas foram consideradas no campo do trabalho, com a redução da jornada de trabalho; no campo da condição feminina, a bancada feminina conseguiu impedir que o aborto fosse criminalizado, conseguiu ampliar a licença maternidade para 120 dias, e contribuiu para que a lei de pena de morte não fosse aprovada. *Mulherio* deixa transparecer que essas são apenas algumas conquistas e que era preciso continuar lutando para garantir novas conquistas.

²¹ Matéria publicada no *Jornal Mulherio* n° 28 Março/abril 1987 p 11

A partir dessas publicações é possível perceber que a participação popular no processo de reconstitucionalização foi marcante. O jornal *Mulherio*, através de suas publicações, noticiou a intensa mobilização social que ocorreu no país. Dentro desse cenário, vários grupos se tornaram atores políticos. Como destaque desses grupos estava a participação das mulheres, que antes lutavam em torno de questões específicas e muitas vezes essas questões eram secundarizadas, apesar de na década de 1980 o movimento feminista ter se fragmentado em diferentes segmentos. A campanha em prol da Constituição representou não só uma oportunidade da participação feminina na política como foi um elemento aglutinador para a união e o fortalecimento do movimento de mulheres, ainda que isso fosse por apenas um período. Essa aglutinação dos diferentes grupos de mulheres - institucionalizados ou não - contribuiu para dar visibilidade e expressão às reivindicações dessas mulheres. Nesse sentido, a novidade não estava em denunciar as mazelas pelas quais passavam as mulheres, mas sim no fato de poderem sistematizar suas reivindicações e fazer com que elas chegassem nas mãos de suas candidatas à Constituinte para assim poder inseri-las de forma democrática nas leis do país.

Considerações Finais

Apesar do crescimento do número de estudos sobre a mulher e seus espaços de atuação, ainda são poucas as pesquisas que analisam a atuação das mulheres através da imprensa feminista. A maioria das pesquisas ao abordar a atuação das mulheres ao longo da história, tem dado ênfase aos estudos sobre o movimento feminista. Isso pode ser constatado pela ampla bibliografia sobre esse movimento social. Ao contrário disso, a imprensa feminista, que surgiu legitimando os discursos desse movimento, não possui uma bibliografia ampla. É provável que isso seja decorrente do fato de que a imprensa feminista está localizada entre os 150 jornais da chamada imprensa alternativa. Os estudos que surgem a respeito os da imprensa no Brasil dão ênfase aos jornais da chamada imprensa “nanica”, citando apenas em algumas páginas, dentro desses trabalhos, os principais jornais da imprensa feminista.

Porém, como Elizabeth Cardoso já apontou, a imprensa feminista produziu cerca de 75 periódicos. Esse dado nos permite perceber que a imprensa feminista representa um número alto de periódicos dentro da imprensa alternativa. Além disso, esse número expressa que a imprensa feminista teve visibilidade, força de expressão e representou um elemento importante dentro do contexto de luta pela redemocratização do país.

Esses periódicos são importantes como objeto de estudo na medida em que nos permitem analisar que discursos foram sendo construídos e que ações foram sendo divulgadas pela imprensa, no contexto político que o país atravessava. Assim, se os jornais da imprensa alternativa, que foram produzidos durante a década de 1960 e 1970, expressavam uma das formas de resistência e oposição ao regime militar, e por isso se tornaram alvo de pesquisas, a produção da imprensa feminista durante a década de 1970 e 1980 representa uma das formas de luta para a redemocratização do país. Nesse sentido, principalmente os jornais produzidos pela imprensa feminista a partir dos anos 1980, deveriam ser alvo de pesquisa com a finalidade de contribuir para a compreensão das mudanças políticas que estavam ocorrendo durante esse período.

Cabe ressaltar que, recentemente, alguns pesquisadores tem se debruçado sobre esses periódicos, é o caso dos trabalhos de Elizabeth Cardoso(2004) e Rosalina Leite(2003). Porém as pesquisas que surgiram com essa finalidade, concentraram seu foco nos periódicos da década de 1970. Dessa forma, os periódicos *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* são frequentemente trabalhados em teses, dissertações e monografias. Porém,

como vimos através do trabalho de Elizabeth Cardoso, existem outros 73 periódicos que ainda esperam para ser explorados. Ao escolher como (fonte o jornal Mulherio, esperamos ter contribuído para ampliar a possibilidade de utilizar outros periódicos que ainda não foram explorados nas pesquisas

Ao trabalhar com esse periódico verificamos inúmeras possibilidades de usá-lo como fonte para compreender as mudanças tanto no movimento feminista quanto as mudanças políticas que estavam ocorrendo no país durante a década de 1980. Caberia escolher qual seria o recorte temático a ser trabalhado, assim ainda com a intenção de contribuir para ampliar os estudos, optamos por trabalhar com as fontes que se referiam à questões políticas de âmbito nacional, visto que as pesquisas²² desenvolvidas utilizaram as fontes desse periódico para mostrar as mudanças ocorridas dentro do movimento feminista, dando ênfase nas questões de gênero (entre elas, o aborto e sexualidade). Portanto, sem ter a intenção de dissociar o movimento feminista e as questões de gênero, priorizamos fazer uma análise dando ênfase à participação da mulher na política, não só pela luta de suas reivindicações específicas, mas por inserir-se na questão política de âmbito nacional, como foi o caso da Assembleia Constituinte de 1987-88. Para as editoras da revista, a nova Constituição representava um canal direto para interferir na política do país e ao participar desse processo, as mulher ES responderiam a pergunta feita na edição de número 3 do jornal Mulherio: *Política é assunto de mulher?*

As 26 candidatas eleitas para participar da Assembleia Constituinte, em meio aos 559 candidatos homens, demonstrariam que sim! A participação feminina na Assembleia contribuiu para que a Carta Magna de 1988 incorporasse no Artigo 5º, I: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. E no Artigo 226, Parágrafo 5º: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher”²³. Esses dois artigos garantiram, ao menos na lei, a condição de equidade de gênero, bem como a proteção

²² Cabe ressaltar que já existem outros pesquisadores que utilizaram as publicações do jornal Mulherio, é o caso dos trabalhos: “A 'irmandade de mulheres' no jornal Mulherio (1981-1982)”, trabalho de conclusão de curso de Lilian Lemos, apresentado ao curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina e “A atuação do movimento feminista e a questão da legalização do aborto através das páginas do jornal Mulherio. (1981 – 1988)”⁵, de Sidarta Rodrigues de Souza, também trabalho de conclusão de curso de História, e “O movimento feminista nas páginas dos jornais feministas do Brasil e da Argentina: Nós Mulheres, Mulherio e Persona em cena”, de Maria Cristina de Oliveira Athayde e “Imprensa feminista brasileira pós- 1974”, de Elizabeth Cardoso.

²³ Informações retiradas do site www.brasil.gov.br. Acesso em janeiro de 2014.

dos direitos humanos das mulheres pela primeira vez na República Brasileira. Assim, *“A mulher que antes falava pelos cotovelos, agora falava pela Constituinte!”*

Tipologia do periódico

Análise da Fonte textual: *Jornal Mulherio*

Tabela* 1. Tipologia do Periódico

Data de análise	Nome do jornal	Origem	Edição/ ano	Nº de páginas	Cor	Preço	Fotos/Ilustrações/charges	Tiragem	Temas abordados
Jan/14	Mulherio	SP	Zero, Março/ Abril 1981	4	PB	Grátis	Sim	-	Trabalho, mulher negra, Saúde, Pesquisa, Feminismo
Jan/14	Mulherio	SP	1 Maio/junho 1981	16	PB	Cr\$ 50,00	Sim	-	Trabalho, pesquisa, feminismo
Jan/14	Mulherio	SP	2 julho/agosto 1981	23	PB	Cr\$ 80,00	Sim	8000 exemplares	Trabalho, feminismo, política
Jan/14	Mulherio	SP	3 setembro/outubro 1981	23	PB	Cr\$ 80,00	Sim	-	Aborto, sexualidade, feminismo, política
Jan/14	Mulherio	SP	4 Novembro/dezembro 1981	22	PB	Cr\$ 80,00	Sim	-	Aborto, mulher negra, sexualidade, legislação, creche
Jan/14	Mulherio	SP	5 Janeiro/fevereiro 1982	23	PB	Cr\$ 100	Sim	-	Maternidade, corpo, sexualidade, Legislação, beleza feminina

* A Legenda para compreender a tabela encontra-se na última página.

Análise da Fonte textual: *Jornal Mulherio*

Tabela 1. Tipologia do Periódico

Jan/14	Mulherio	6 Março/Abril 1982	24	PB	Cr\$ 100	Sim	-	Comemoração de aniversário do jornal reportagem especial sobre as conquistas do feminismo
Jan/14	Mulherio	7 maio/ junho 1982	23	PB	Cr\$ 150	Sim	-	Trabalho, Legislação, negra
Jan/14	Mulherio	8 julho/Agosto 1982	24	PB	Cr\$ 150	Sim		Eleições, a visão machista sobre as mulheres, coluna dos homens, violência
Jan/14	Mulherio	9 setembro/ outubro 1982	24	PB	Cr\$ 150	Sim		Eleições, machismo, política feminismo, homossexualismo, artes, maternidade, legislação
Jan/14	Mulherio	10 Novembro/dezembro 1982		PB	Cr\$ 150	Sim		A relação dos homens com o movimento, Maternidade, casamento, Legislação, política

Análise da Fonte textual: *Jornal Mulherio*

Tabela 1. Tipologia do Periódico

Data da análise	Nome do jornal	Edição/ ano	Nº de páginas	Cor	Preço	Fotos/Ilustrações/charges	Tiragem	Temas abordados
Jan/14	Mulherio	11 janeiro/fevereiro 1983	23	PB	Cr\$ 150	Sim	-	Eleições, relação com o governo de oposição, creches
Jan/14	Mulherio	12 Março/ Abril 1983	23	PB	Cr\$ 250	Sim	-	Discriminação das mulheres no mercado de trabalho, sexo, creche, legislação
Jan/14	Mulherio	13 Maio/ Junho 1983	23	PB	Cr\$ 250	Sim	-	Notícias, congresso sobre aborto, sexo, corpo, Política, legislação
Jan/14	Mulherio	14 julho/agosto 1983	23	PB	Cr\$ 250	Sim	-	Mulher negra, política, aborto, maternidade, planejamento familiar
Jan/14	Mulherio	15 setembro/outubro 1983	23	PB	Cr\$ 450	Sim	-	Aborto, Planejamento familiar, Feminismo, saída do apoio da fundação Ford e FCC do jornal

Análise da Fonte textual: *Jornal Mulherio*

Tabela 1. Tipologia do Periódico

Data da análise	Nome do jornal	Edição/ ano	Nº de páginas	Cor	Preço	Fotos/Ilustrações/charges	Tiragem	Temas abordados
Durante 7 meses o jornal não circulou, perdeu o apoio da FCC e da Ford, quando voltaram incluíram no jornal: esporte, Política, homens e loucura.								
Jan/14	Mulherio	16 Maio/junho 1984	23	PB	Cr\$1500,00	Sim	-	Diretas já, unindo o movimento de mulheres, esporte, olimpíadas, loucura.
Jan/14	Mulherio	17 julho/Agosto 1984	23	PB	Cr\$ 1800,00	Sim	-	Memórias do hospício, Planejamento familiar, trabalhadoras rural, rumos do feminismo, violência contra crianças, mulher negra, sexo.
Jan/14	Mulherio	18 setembro/outubro 1984	23	PB	Cr\$2000,00	Sim	-	Religião, Feminismo e feminilidade, violência, sexualidade, mulher negra, relação amorosa entre homem e mulher, saúde, direito sobre o corpo,

Análise da Fonte textual: *Jornal Mulherio*

Tabela 1. Tipologia do Periódico

Data da análise	Nome do jornal	Edição/ ano	Nº de páginas	Cor	Preço	Fotos/Ilustrações/charges	Tiragem	Temas abordados
Jan/14	Mulherio	19 novembro/dezembro 1984	23	PB	Cr\$2000,00	sim	-	Política institucional, lançamento da coluna de política no Jornal, violência, Legislação, juventude, saúde, Aborto, menstruação,
Jan/14	Mulherio	20 janeiro/fevereiro 1985	23	PB	Cr\$2500,00	sim	-	Política, Constituinte, violência, feminismo,
Jan/14	Mulherio	21 Abril/maio/junho 1985	23	PB	Cr\$3500,00	sim	-	10 anos da década da mulher, aniversário da nova fase do jornal, feminismo, a participação na constituinte, direito sobre o corpo, planejamento familiar, educação, creche, saúde, mulher negra, trabalho, legislação.

Análise da Fonte textual: *Jornal Mulherio*

Tabela 1. Tipologia do Periódico

Data da análise	Nome do jornal	Edição/ ano	Nº de páginas	Cor	Preço	Fotos/Ilustrações/charges	Tiragem	Temas abordados
Jan/14	Mulherio	22 Agosto/setembro 1985	23	PB	Cr\$700 0,00	sim	-	Ditadura na Argentina, encontro na África, encontro feminista Argélia e Caribe, Feminismo, pesquisa, saúde
Jan/14	Mulherio	23 outubro/novembro 1985	23	PB	Cr\$700 0,00	sim	-	Entrevista com a Prefeita de Fortaleza, Homossexualismo, atuação das ONGs na década da mulher, pequena nota sobre constituinte e estudos sobre a mulher
Jan/14	Mulherio	24 janeiro/ fevereiro 1986	24	Coloração na capa	Cz\$ 10	sim	-	Trabalho, vasectomia, constituinte, feminismo

Análise da Fonte textual: *Jornal Mulherio*

Tabela 1. Tipologia do Periódico

Data da análise	Nome do jornal	Edição/ ano	Nº de páginas	Cor	Preço	Fotos/ Ilustrações/charges	Tiragem	Temas abordados
Jan/14	Mulherio	25 março/agosto 1986	23	Coloração na capa	Cz\$ 10	sim	5 mil	Constituinte, 88. ano masculinista, trabalho no campo, racismo na escola, mulher negra, estudos sobre a mulher, feminismo
Jan/14	Mulherio	26 setembro/novembro 1986	23	Coloração na capa	Cz\$ 10	sim	-	Constituinte, entrevista com Isabel Allende, trabalho, feminismo, estudos sobre a mulher,
Jan/14	Mulherio	27 dezembro/fevereiro 1987	24	Coloração na capa	Cz\$ 20	Sim	33 mil	Constituinte, ensino, educação, política, organização das mulheres rurais, história do voto feminino, legislação
Jan/14	Mulherio	28 Março/abril 1987	23	PB	Cz\$ 20	sim	10 mil	Planejamento familiar, violência no campo, abandono infantil, controle de natalidade, constituinte, Feminismo na Alemanha, comemoração de 8 de março

Análise da Fonte textual: *Jornal Mulherio*

Tabela 1. Tipologia do Periódico

Data da análise	Nome do jornal	Edição/ ano	Nº de páginas	Cor	Preço	Fotos/ Ilustrações/charges	Tiragem	Temas abordados
Jan/14	Mulherio	29 Maio/junho	22	Coloração na capa	Cz\$ 30	sim	12 mil	Inseminação artificial, trabalho: A funcionária pública, feminismo, saúde, sexualidade, situações das aldeias indígenas, Constituinte, violência, esporte, estudos e pesquisa
Jan/14	Mulherio	30 julho 1987	24	Coloração na capa	Cz\$ 30	sim	12 mil	Pesquisa, constituinte, aborto, trabalho, política internacional
Jan/14	Mulherio	31 Agosto 1987	24		Cz\$ 30	Sim	12 mil	Política, ecologia, estudos, pesquisa, feminismo
Jan/14	Mulherio	32 setembro 1987	24		Cz\$ 35	sim	12 mil	Política, trabalho, legislação, sexualidade, feminismo, pesquisa, estudos

Tabela 1. Tipologia do Periódico

Data da análise	Nome do jornal	Nº/Edição/ ano	Nº de páginas	Cor	Preço	Fotos/Ilustrações/charges	Tiragem	Temas abordados
Jan/14	Mulherio	33 Outubro 1987	22	PB	Cz\$ 35	sim	12 mil	Violência sexual, Constituinte, feminismo, política internacional, Constituinte.
Jan/14	Mulherio	34 Novembro 1987	23	Coloração na capa	Cz\$ 40	sim	12 mil	Prostituição, feminismo, sexualidade, violência, política internacional
Jan/14	Mulherio	35 dezembro de 1987	23	PB	Cz\$ 60	Sim	12 mil	Amor, violência, feminismo, política, constituinte
Jan/14	Mulherio	36 Janeiro de 1988	23	Coloração na Capa	Cz\$ 70	sim	12 mil	Trabalho, esporte, mulher negra, política internacional, feminismo
Jan/14	Mulherio	37 Fevereiro de 1988	23	Coloração na Capa	Cz\$ 70	Sim	12 mil	Sexualidade, feminismo, mulher negra, saúde.

Análise da Fonte textual: *Jornal Mulherio*

Tabela 1. Tipologia do Periódico

Data da análise	Nome do jornal	Nº/Edição/ ano	Nº de páginas	Cor	Preço	Fotos/Ilustrações/charges	Tiragem	Temas abordados
Jan/14	Mulherio	38 Março de 1988	22	PB	Cz\$ 100	sim	12 mil	Mulher negra, centenário da abolição, sexualidade, aborto, feminismo
Jan/14	Mulherio	39 abril 1988	23	PB	Cz\$ 100	sim	12 mil	Feminismo, mulher negra, notícias, tráfico
Jan/14	Nexo Feminismo, informação e cultura	1 junho 1988	28	Coloração na Capa	Cz\$ 180	Sim	7 mil	Feminismo, sexualidade, aborto, poesia.
Jan/14	Nexo Feminismo, informação e cultura	2 julho 1988	23	Coloração na Capa	Cz\$ 200	sim	7 mil	Notícias, negritude, saúde, violência e abandono infantil.

Tabela 2: Temas abordados por categorias: política

Jornal Mulherio/ edição e ano	Temas abordados por categoria: Política* *Dentre os artigos de política o assunto que mais se destaca é a Assembleia Constituinte de 1987/88 (16 artigos). Os outros se dividem entre as Diretas já, Eleições de 1982 e Política internacional
Zero, Março/ Abril 1981	Nenhum
1 Maio/junho 1981	Nenhum
2 julho/agosto 1981	Eleições na França e Revolução Socialista em Cuba
3 setembro/outubro 1981	Política é assunto de mulher? Reportagem de capa falando da trajetória política feminina; Adalgisa, a deputada de 45, Memórias da clandestinidade, A difícil - mas possível - ação, As prefeitas um estudo sociológico sobre o papel da mulher na política.
4 Novembro/ dezembro 1981	Nenhum
5 Janeiro/fevereiro 1982	-
6 Março/Abril 1982	-
7 maio/junho 1982	Política internacional: El salvador e Nicarágua Lutando pela democracia;
8 julho agosto 1982	Eleições; as candidaturas femininas nas eleições de 82
9 setembro/outubro 1982	Eleições: visão da sociedade sobre as candidatas femininas, autonomia do movimento antes e depois das eleições, a conquista do voto feminino e a primeira mulher que entrou pra política
10 novembro/ dezembro 1982	Relação entre o estado e o movimento, institucionalização e autonomia
11 janeiro/fevereiro 1983	Eleições: o que ganhamos e o que perdemos, as políticas do governo em relação a creches, relação com o Estado
12 Março/ Abril 1983	Nenhum
13 Maio/ Junho 1983	Como os novos governos estaduais conquistados pela oposição nas últimas eleições estão tratando a questão da mulher? Criação do Conselho da condição feminina, entrevista com Darcy Ribeiro sobre o compromisso do Estado com a Mulher, Política internacional: internacional A dita dura de Pinochet fará dez anos em setembro. Uma de suas mais fortes opositoras é Isabel Letelier, livro sobre EVITA Peron
14 julho/agosto 1983	As mulheres e as novas formas de política: EUROPA, ANOS 80.
15 setembro/outubro 1983	Nenhum
16 Maio/junho 1984	Diretas já, unindo o movimento de mulheres
17 julho/Agosto 1984	Nenhum
18 setembro/outubro	Nenhum
19 novembro/ dezembro 1984	Política institucional, lançamento da coluna de política no Jornal, "Depois dos comerciais, a democracia", "Minha filha é uma lutadora"
20 janeiro/ fevereiro 1985	Constituinte pág 7 e 8
21 Abril/maio/junho 1985	Participação das mulheres na constituinte pág 7
22 Agosto/setembro 1985	Ditadura na Argentina, encontro na África, encontro feminista Argélia e Canbe,
23 outubro/novembro 1985	Pequena nota sobre a constituinte pág 7
24 janeiro/ fevereiro 1986	Reportagens sobre a constituinte 16-18 nota na pág 23
25 março/agosto 1986	Reportagem de capa sobre a constituinte, "A nova constituinte em gestação", "Na terra dos coronéis: manifesto da constituinte na Bahia" pág 13-16
26 setembro/novembro 1986	Reportagem de capa: "A constituinte: respeitando as diferenças!" 13 a 16
27 dezembro/ fevereiro 1987	Reportagem de capa: Mulheres a nova cara da constituinte! 13 a 17
28 Março/ abril 1987	Constituinte pág 11
29 Maio/junho 1987	A constituinte é das mulheres
30 julho 1987	Constituinte pág 5 e 6
31 agosto 1987	O Partido verde e as mulheres, "A constituinte e o meio ambiente pág 11
32 Setembro 1987	Sem corrupção para variar
33 Outubro 1987	Constituinte: Avanços e recuos 10 e 11
34 novembro 1987	Nenhum
35 dezembro 1987	Pág 4 e 5 Constituinte: Avanços na mira dos empresários/ Existe espaço para dupla militância?
36 janeiro de 1988	Nenhum
37 fevereiro 1988	Eleições para prefeito Recife
38 março de 1988	Apesar do Centrão e do Samey, a Constituição avança pág 10
39 abril 1988	Nenhum
Nexo I junho 1988	Nenhum
Nexo II julho 1988	Nenhum

Tabela 3: Assuntos que se destacaram no jornal

Tabela 3: Assuntos que se destacaram no jornal

Assuntos	Quantidade de Artigos
Política*	37 artigos
Mulher Negra	21 artigos
Corpo/beleza	17 artigos
Trabalho	18 artigos
Rumos do Feminismo	15 artigos
Família/Creche	13 artigos
Aborto	13 artigos
Sexualidade	10 artigos
Violência	9 artigos
Planejamento Familiar	8 artigos

*Recorte Temático da pesquisa.

Dentre os artigos de política o assunto que mais se destaca é a Assembleia Constituinte de 1987/88 (16 artigos). Os outros se dividem entre as Diretas já, Eleições de 1982 e Política internacional.

FONTES

Jornais, todos consultados no site do Acervo Digital da Fundação Carlos Chagas

Mulherio, Março/Abril 1981, edição nº 0.

Mulherio, Maio/Junho 1981, edição nº01

Mulherio, Julho/Agosto 1981, edição nº02

Mulherio, Setembro/Outubro 1981, edição nº03

Mulherio, Janeiro/Fevereiro 1982, edição nº05.

Mulherio, Março/Abril 1982, edição nº06.

Mulherio, Maio/Junho 1982, edição nº07.

Mulherio, Julho/Agosto 1982, edição nº08.

Mulherio, Setembro/outubro 1982, edição nº09

Mulherio, Novembro/Dezembro 1982, edição nº10.

Mulherio, Janeiro/Fevereiro 1983, edição nº11.

Mulherio, Março/Abril 1983, edição nº12.

Mulherio, Maio/Junho 1983, edição nº13.

Mulherio , Julho/Agosto 1983, edição nº14.

Mulherio Março/Abril 1984, edição nº15.

Mulherio Maio/Junho 1984, edição nº16.

Mulherio, Julho/agosto 1984, edição nº17.

Mulherio, Setembro/outubro 1984, edição nº18.

Mulherio, Novembro/dezembro 1984, edição nº19.

Mulherio, Janeiro/Fevereiro 1985, edição nº 20.

Mulherio, Abril/Maio/Junho 1985, edição nº21.

Mulherio, Julho/Agosto/Setembro 1985, edição nº22.

Mulherio, Outubro/Novembro/Dezembro 1985, edição nº 23.

Mulherio, Janeiro/Fevereiro 1985, edição nº24.

Mulherio, Março/Agosto 1986, edição nº25.

Mulherio, Setembro/Outubro/Novembro 1986, edição nº 26.

Mulherio, Dezembro/Fevereiro 1987, edição nº27.

Mulherio , Março/Abril 1987, edição nº28.

Mulherio, Maio/Junho 1987, edição nº29

Mulherio, Julho 1998, edição nº 30.

- Mulherio* ,Agosto 1988, edição nº31.
Mulherio, Setembro 1988, edição nº32.
Mulherio , Outubro 1987, edição nº33.
Mulherio , Novembro 1987, edição nº34.
Mulherio , Dezembro 1987, edição nº35.
Mulherio , Janeiro 1987, edição nº36.
Mulherio , Fevereiro 1988, edição nº 37.
Mulherio, Março 1988, edição nº38.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e em tempo. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 233-247.

ALVAREZ, Sônia "Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia." In: STEPAN, Alfred. (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A imprensa alternativa no Brasil dos anos 70; In: LUSTOSA, Isabel (ed.). **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “*A luta democrática contra o regime militar na década de 1970*”. In REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

BARROS, José D'Assunção. A Escola dos Annales e a crítica ao Historicismo e ao Positivismo. **Revista Territórios & Fronteiras**, vol.3, jan/jun 2010 Cuiabá: UFMT, 2010.

BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2009

BARROS, Patrícia Marcondes de. “A imprensa alternativa brasileira nos anos de chumbo”. **Akrópolis**, Umuarama, v. 11, n. 2, p. 63-66, abr./jun., 2003.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1990.

CARDOSO, Elizabeth da Penha. Imprensa feminista brasileira pós-1974. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, p. 37-55, set/dez 2004.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, jan/julho 2005.

DE LUCA, T. R. História dos nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**, São Paulo: EdUsp, 2003.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. In: **Revista de Estudos Feministas**, 2003, vol. 11, n. 1, pp. 234-241.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In Romano Ruggiero (org): **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984. v.1

PINTO, Celi Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo, SP: Ed.Fundação Perseu Abramo. 2003.

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos anos de chumbo à era global. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 3, jan/julho 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. In: **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, maios/agosto, 2004.

SIDARTA, Rodrigues de Souza. A atuação do movimento feminista e a questão da legalização do aborto através das páginas do jornal mulherio. (1981 – 1988). Monografia. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. 2006

VERSIANI, Maria Helena. Linguagens da cidadania os brasileiros escrevem a Constituição de 1988. Tese de doutorado. FGV. Rio de Janeiro. 2013.